
086ª SESSÃO ORDINÁRIA 14SET2015

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em primeiro lugar, quero saudar a visita Grupo Pós-Zona Rural. Recebemos essa linda cesta, Ver.^a Jussara Cony, com a seguinte mensagem (Lê.): “Pense global e aja local. Alimentação é uma das formas mais tangíveis de alcançar muitos dos conceitos de sustentabilidade. O que você come não determina apenas a sua saúde. A decisão de comprar orgânicos e priorizar a agricultura local pode ser o primeiro passo para tornar a cidade muito mais saudável. Agradecemos aos Vereadores de Porto Alegre por fazerem parte desta construção.” Grupo Pós-Zona Rural, seja bem-vindo.

A Sra. Jussara Cony (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos para que passemos o período de Grande Expediente para o final.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Jussara Cony. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Pequena Casa da Criança, que divulgará o trabalho realizado pela instituição. A Irmã Pierina Lorenzoni, representando a Pequena Casa da Criança, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

A SRA. PIERINA LORENZONI: Boa tarde a todos. Saúdo o Ver. Mauro Pinheiro, Presidente desta Casa, os demais Vereadores aqui presentes e todos os participantes. De antemão, agradeço este momento, esta oportunidade de podermos vir aqui falar um pouco da nossa Instituição Pequena Casa da Criança, que completou, neste ano, 59 anos de missão aqui na Grande Porto Alegre, de modo especial na Vila Maria da Conceição.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

A SRA. PIERINA LORENZONI: Como podemos ver, nós estamos situados dentro de uma realidade histórica de uma população bastante carente, desde o seu início, quando Irmã Nely de Souza Capuzzo, minha colega de congregação, Missionárias de Jesus Crucificado, iniciou o trabalho junto às crianças, iniciando com a comunidade a missão junto a esse bairro, que foi aos poucos crescendo não só em população, mas também nas grandes necessidades de atendimento a essa população tão carente, tão vulnerável.

Hoje continuamos ali, tentando dar o máximo que podemos dentro das nossas limitações, mas fazendo o possível para dar melhor qualidade de vida a essa população. Nosso atendimento mensal abrange não só o número que aparece aqui: 941 atendimentos mensais diretamente; indiretamente atingimos toda uma população. E temos ali uma escola de educação infantil e fundamental abrangendo 320 crianças, período inverso à escola, o Sase trabalho educativo. Nosso convênio com a FASC é de 150 crianças, mas estamos atendendo 185. Não temos condições de atender mais, senão o número seria maior.

O Adolescente Aprendiz, programa em que a Casa visa muito preparar para o mundo do trabalho, oferecer oportunidade para que eles como cidadãos e cidadãs possam gerenciar sua própria vida, administrar sua própria sobrevivência. Temos 41 adolescentes sendo acompanhados nesse programa.

Programa Ação Rua, em convênio também com a FASC, em que nós atendemos os bairros Cruzeiro e Cristal, com uma abrangência de atendimento direto a 70 famílias mensalmente, porque a Casa da Criança não abrange só crianças e adolescentes, mas atende a família. Por isso também temos ali um grupo numeroso de idosos: 70 sendo atendidos pela instituição.

Temos um Plantão Social para realizar assistência social com aproximadamente 130 atendimentos mensais nas mais diversas carências e buscas de gritos de socorro que chegam à Pequena Casa para atendimento especializado e emergencial em grande parte. Temos também um atendimento à comunidade, de modo geral, às famílias, na base de cem atendimentos mensais. Procuramos, com muito sacrifício, manter uma psicóloga clínica, porque ela mesma diz que os livros não a ensinaram, na faculdade, como

administrar certas situações que as crianças trazem devido à situação de vulnerabilidade e de sofrimento que elas passam nas suas famílias, dentro da realidade vivencial.

Temos também o PEMSE – Programa Municipal de Execução de Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto, voltado aos meninos e às meninas que cumprem pena, em que são atendidas na base de cinco pessoas por mês. Disponibilizamos uma média de 500 refeições diárias para as crianças. Podemos oferecer isso graças ao auxílio e às doações do Banco de Alimentos, do Programa Mesa Brasil Sesc e das famílias, das pessoas de boa vontade, que fazem doações de alimentos.

A qualificação profissional é um dos grandes objetivos da instituição. Como dizíamos, não damos o peixe, mas ensinamos a pescar. Nós buscamos, através de empresas, meios para que possamos oferecer cursos que possam preparar desde jovens de 17 anos até adultos de 50 anos para o mundo do trabalho, para o mundo do emprego. Temos um grupo de 60 pessoas que estão frequentando esse curso.

Também graças à colaboração da empresa Imunosul, nós podemos desenvolver o projeto do judô, que atende, hoje, 120 crianças. Por que buscamos isso? Para ajudar a criança que vem de um ambiente de bastante violência, de bastante promiscuidade. Esse projeto nos ajuda na disciplina e na formação dessas crianças e adolescentes. Também mantemos um programa de alfabetização de adultos; um programa de música, que é elaborado e participado pelo grupo de idosos; e o grupo da costura, em que aprendem a costurar e a ganhar, com essa profissão, a sua própria subsistência.

Como vocês podem observar na foto, nós temos a manutenção e a reforma que vem beneficiar mais de 5 mil pessoas que são usuárias da Casa. O telhado está em obras, pois grande parte dele, nesses 59 anos, estava podre, com cupins, quase caindo por cima das pessoas. Graças ao projeto do CMDCA, com a ajuda de pessoas físicas e jurídicas, nós conseguimos que pelo menos uma parte do telhado seja concluído, mas existe uma outra parte bastante grande para atingir todo ele. Desenvolvemos outros projetos que vêm beneficiar toda a população. Temos o Atelier Maria da Conceição e a Oficina de Geração de Rendas, onde as mulheres produzem materiais, aprendem e ensinam umas às outras; depois fazem feiras e tiram ajuda para continuar os seus trabalhos.

O Funcriança mantém o projeto para as pessoas físicas contribuírem com 6% do débito do seu imposto de renda, ou as empresas com 1%. Parece nada para as pessoas, mas para nós é muito, pois é o único meio de nós podermos desenvolver as melhorias na

nossa Instituição. Nós podemos ajudar através do Funcriança, com doações de roupas, calçados, alimentos, eventos que se promovem, como um jantar que logo vamos colocar a sua propaganda, e de voluntários. Nós temos uma base de 75 colaboradores que recebem os seus salários, sustentam suas famílias trabalhando na Pequena Casa da Criança. Dá um pouco de dor de cabeça todo mês pagar o salário de cada um. Mas também temos um grupo de mais de 70 voluntários que, de uma forma ou outra, nos auxiliam para nós desenvolvermos a nossa missão dentro da Instituição. E aí está, mais uma vez, um convite para o jantar dos 59 anos da Pequena Casa da Criança, que está sendo bastante apoiado pela empresa AMA, que com mais outras empresas estão colaborando na promoção deste jantar, que será no dia 27 de outubro, das 19h30min às 22h30min, no Clube Libanês. Fica aqui o convite para que os senhores Vereadores, através de todos também possam nos ajudar na divulgação e na participação deste evento, que vai ser muito importante para que possamos angariar mais fundos, para cobrir o 13º salário e férias dos nossos colaboradores. Agradeço a oportunidade e me coloco à disposição para alguma pergunta.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Convidamos a Irmã Pierina Lorenzoni a fazer parte da Mesa.

O Ver. Kevin Krieger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. KEVIN KRIEGER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, cumprimento essa grande líder, Irmã Pierina, uma amiga, uma parceira, em nome dos Vereadores João Carlos Nedel, Guilherme Socias Villela, Ver.^a Mônica Leal, e em meu nome, parabênizo o trabalho que é feito há tantos e tantos anos na Pequena Casa da Criança. Eu conheço bem a Maria da Conceição, já tive a satisfação e a alegria de poder trabalhar desde 2005 a 2008, quando fui Secretário Municipal de Segurança, com a Irmã Pierina, junto aos telecentros, aos cursos do Senac, que levamos para dentro da Pequena Casa da Criança, e agora, nos últimos anos, como presidente da Fundação de Assistência Social, no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, Serviço de Apoio Socioeducativo - Sase; o Programa Ação Rua, que hoje é um exemplo para o Brasil e para o mundo, do trabalho que foi hoje, de convencimento de crianças e adolescentes

que saíram das ruas, bem como todo o trabalho que é feito pela Pequena Casa da Criança. Irmã Pierina, conta conosco, o que precisares do Partido Progressista e desta Bancada, nós estaremos à disposição, porque nós reconhecemos na Pequena Casa da Criança um trabalho de excelência junto às nossas crianças, adolescentes e, principalmente, às famílias da Maria da Conceição. Parabéns, vida longa e sucesso.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Muito obrigado, Presidente. Irmã Pierina, também queremos registrar a nossa palavra de parabenização pelo trabalho que a senhora tem realizado, juntamente com a equipe toda da Pequena Casa da Criança; e, de uma forma muito especial, o trabalho voltado à questão da qualificação profissional. Tive a oportunidade de - na ocasião, num tempo não muito distante - visitar a Pequena Casa da Criança, verificar e acompanhar o trabalho excelente que vocês têm desenvolvido ali naquele local. Aliás, também trabalha lá uma pessoa que nós temos um carinho muito especial, que é a Lisiane Borba. Eu tenho o privilégio de poder dizer de um trabalho, de uma obra que nós conhecemos, fomos lá ver e acompanhar o desenvolvimento. Portanto, em nome do PTB, do nosso Ver. Cassio Trogildo, Ver. Paulo Brum e Ver. Carlos Casartelli receba também a nossa palavra de apoio. Estamos juntos nos projetos voltados para o bom andamento das nossas crianças e adolescentes da Maria da Conceição. Muito obrigado, um forte abraço, que Deus abençoe.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Irmã Pierina, é um prazer esta Casa receber a senhora e esse projeto que faz um trabalho tão importante pelas crianças, pelo povo desse bairro humilde da nossa Cidade. E que esta Casa tenha sempre o apoio do povo, e que siga por

décadas e décadas prestando esse auxílio às pessoas humildes que precisam, que sempre encontram lá esse apoio e esse afeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Presidente Mauro Pinheiro. Irmã Pierina, eu fiquei atento aqui na frente, porque - há 12,15 anos como oficinairo trabalhei, na Dea Coufal em Belém Novo, com 40 dessas crianças na minha escolinha de futebol -, eu fiquei emocionado quando a senhora começou a mostrar esse trabalho. Esse é um trabalho de uma sementinha que foi jogada, e vem sendo aguada, para que, quando chegue no topo da pirâmide, nós tenhamos um cidadão equilibrado. É o que nós precisamos no mundo e nesse País. Então, meus parabéns por tudo isso que a senhora vem fazendo, junto com sua equipe, com os oficinairos; estamos aqui para ajudar para que cada vez mais cresçam. Oxalá Deus a abençoe muito para que possa fazer este trabalho com as nossas crianças. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, Irmã Pierina Lorenzoni, cumprimentos em nome da Bancada do PMDB. Este destaque está sendo promovido pelo Ver. Pablo Mendes Ribeiro, nosso colega de bancada. Sempre este trabalho é em prol das crianças e dos adolescentes para um futuro melhor, um trabalho valioso, então, queremos cumprimentá-la. O Ver. Mendes Ribeiro vai fazer todo um histórico sobre a sua atuação. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. RODRIGO MARONI: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; boa tarde, Irmã Pierina, a quem tive a honra de conhecer. Também faço uma saudação ao público que está aqui, da Zona Rural, aos colegas Vereadores e ao pessoal que já tem um trabalho voltado para a criança e para o adolescente. Posso citar alguns, em especial os colegas Kevin Krieger e o Elizandro Sabino, entre outros, que já realizam este trabalho social.

Fiquei muito surpreso, porque foi um dos primeiros lugares que eu visitei, e eu comentava com a senhora que, logo que entrei na Câmara de Vereadores, talvez na segunda ou terceira semana, estive na Casa. E a Casa, para quem olha da frente, de todos os lugares a que fui, Irmã, eu poderia dizer que esse, em especial, está localizado dentro de um local vulnerável. Eu fui a dezenas de casas de crianças vulneráveis, de drogadição, com câncer, com lesão cerebral, em vários bairros, e a casa que mais me chamou a atenção por estar dentro, no centro da vulnerabilidade, foi a Pequena Casa da Criança. Para quem olha da porta e vê aquele pouco espaço na rua, onde não há nem onde colocar o carro, não imagina como é grande e o trabalho que lá é realizado. Eu, particularmente, não imaginava que, depois daquela porta, se abriria um espaço do tamanho de grandes colégios de Porto Alegre e que realiza, hoje e há muitos anos, um trabalho fundamental. A senhora me contava a sua história, Irmã, e todos a saudavam por isso. Eu quero dizer que fico muito feliz de estar vendo a senhora aqui de novo, e eu diria que a Câmara tem obrigação de fazer uma homenagem a vocês todo ano para fortalecer um trabalho que vocês tocam com parcerias do Município, mas, fundamentalmente, com a disposição e a criatividade das pessoas envolvidas, em especial da senhora, que é essa grande pessoa, que eu tenho como referência. Parabéns pelo trabalho que a senhora realiza, parabéns pela Pequena Casa da Criança e que vocês contem com todos que puderem apoiar, inclusive com aqueles que estão assistindo pela TVCâmara, empresários, entre outros, que possam colaborar com doação fundos, com a isenção de impostos, que possam depositar, porque seguramente é um dinheiro que vai ser muito bem investido. Parabéns. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Saúdo o Ver. Mauro Pinheiro; a Irmã Pierina, acho que o que a senhora nos trouxe hoje é exemplar do que é a importância da atuação da sociedade civil junto à população mais vulnerável desta Cidade. A Pequena Casa da Criança é exemplar no atendimento a todas as faixas etárias e nas várias dimensões dessa população. Eu estava tentando me lembrar aqui, eram 500 refeições/dia, isso é uma potência! Imaginem a cidade de Porto Alegre sem esse trabalho. Multipliquem isso, é óbvio que desse tamanho não são todas, mas são mais de 500 entidades que atuam na nossa Cidade. E todas na condição que a senhora traz para cá: nós precisamos de mais apoio; nós fazemos esse imenso trabalho, com essa qualidade, com essa especialidade, mas nós não temos recursos suficientes para tal. Então, além, é óbvio, da nossa valorização, o que eu quero, aqui, fazer, em nome da Bancada do PT, é um apelo ao Governo Municipal, pois nós estamos inclusive agora com uma Comissão Especial tratando do tema da Educação Infantil e das creches conveniadas; no ano passado esta Casa aprovou emenda popular de R\$ 2,5 milhões para o convênio creches comunitárias e até agora o Município não depositou, não colocou em edital, não disse que fará! E as entidades tendo que fazer não sei quantas ações, além do trabalho extenuante do dia a dia. Dou um exemplo, mas acho que nós temos condições de avançar mais no orçamento da criança e do adolescente, avançar mais no orçamento da assistência social e da educação para apoiar esse trabalho essencial, Irmã. Então, quero parabenizá-la, e, no que depender de nós, continuaremos na luta. Nós estamos discutindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias agora e vamos discutir Orçamento, e queremos que ele priorize, de fato, o trabalho que vocês fazem e essa imensa rede maravilhosa, sem ela Porto Alegre não teria nenhuma condição de cuidar da sua gente, das suas crianças e dos seus idosos. Deve muito ainda a eles, imaginem sem a presença de vocês. Então, parabéns, força, venha para a reunião dia 23, Irmã Pierina, na próxima quarta-feira pela manhã, da Comissão Especial das Creches Comunitárias. Nós precisamos muito de vocês aqui dentro, para construir essa priorização. Bom trabalho.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. NEREU D'AVILA: Gostaríamos também de associar a nossa palavra, da Bancada do PDT, não só à sua presença aqui, que nos enche de satisfação, mas principalmente ao trabalho da Instituição Pequena Casa da Criança. Não há necessidade de ressaltar, repisar, que trabalhar com criança é trabalhar com o futuro do País, principalmente, com crianças com vulnerabilidade. Pela palavra de todas as bancadas, V. Sa. sente não só o apoio efetivo, o reconhecimento do trabalho, mas, evidentemente, além do reconhecimento, que nos colocamos à disposição para sempre poder ajudar. Prestei atenção no vosso pronunciamento e vi que dia 27 de outubro vai haver um jantar, e quero dizer que esta Câmara, cada Vereador, no mínimo, para colaborar, vai comprar um convite, porque nós não podemos ficar só na saudação retórica, nós temos que participar, também, de tudo aquilo que é feito em nosso nome, da cidade de Porto Alegre, pela criança. Parabéns, é um prazer tê-la aqui, leve o nosso conforto, o nosso carinho, e tudo que nós pudermos ajudar, estaremos presentes. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MENDES RIBEIRO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, colegas desta Casa, público que nos acompanha nas galerias e pela TVCâmara, boa tarde. Com muita honra, propus essa homenagem de justo reconhecimento à Pequena Casa da Criança, instituição fundada em 15 de agosto de 1956, pela Irmã Nely Capuzzo, da Congregação Missionária de Jesus, e mantida até hoje com a mesma devoção e elevado espírito humanitário pela Irmã Pierina Lorenzoni. Para os que visitam e se encantam com o trabalho desenvolvido pela Pequena Casa da Criança, como eu, fica a certeza de que quando a missão vem do coração, tudo é possível, e assim vidas são transformadas e tantos laços são feitos, ou refeitos, com amor. Sob a mesma lógica de jamais se acomodar na dificuldade, de jamais tombar ou se vergar ao maior vento, a vida dos que escolheram ressignificar a vida dos outros também muda. Foi o que aconteceu com a nossa Pequena Casa da Criança, que, de tanto fazer o bem, cresceu, se agigantou e nem de longe permanece pequena. Com milhares de atendimentos por mês e centenas de

vidas beneficiadas, a Pequena Casa é enorme e não se restringe a zelar pelos pequenos: crianças, adolescentes, adultos, idosos e famílias completas são acolhidas pela instituição com o mesmo carinho. Por isso digo e repito: a Pequena Casa da Criança é a grande casa de todos.

Em 59 anos de vida, não foram poucas as adversidades. A cada dia, depende da generosidade de pessoas e de empresas para educar, alimentar e orientar quem a ela recorre e dela tanto precisa.

Por isso, meus amigos, faço um convite e um apelo: visitem a Pequena Casa da Criança ali no coração do Partenon. Verão que essas palavras mal conseguem ilustrar 1% do que é feito lá. E, sem abusar da boa vontade de todos aqui presentes, faço outro convite: participem do jantar de 59 anos da entidade, que será realizado no dia 27 de outubro na Sociedade Libanesa, e ajudem a Irmã Pierina e seu exército de amor a continuarem essa obra. Não tenho dúvida de que a Pequena Casa é uma grande causa. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Agradecemos a Irmã Pierina Lorenzoni e colocamos a nossa Casa sempre à disposição, Irmã, pelo belo trabalho que a senhora executa. Parabéns e que Deus continue iluminando a senhora e a Pequena Casa da Criança. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h47min.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): (14h49min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. NEREU D'AVILA: Ilustre Presidente desta Casa, Ver. Mauro Pinheiro; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; senhores visitantes, é um prazer tê-los aqui; setores da imprensa; senhoras e senhores; tem vezes e situações em que nos envergonhamos de pertencer à raça humana. É claro que isso não é genérico; é específico. Aqui está a manchete do jornal Correio do Povo (Mostra jornal): "Após assalto, senegalês tem pernas queimadas". Isso ocorreu em Santa Maria, neste fim de semana, com um senegalês que

tem 25 anos e está legalmente no Brasil. Ele tem passaporte, tem legalidade, portanto, é uma vergonha para nós o que ocorreu. E ele referiu-se assim, em outra manchete de notícia de Santa Maria (Lê.): “Meus amigos brasileiros me queimaram”, disse o senegalês atacado em Santa Maria. Realmente é algo inominável e abominável! Creio que ninguém, em sã consciência, pode deixar de revoltar-se com os bandidos, com quem fez isso, e solidarizar-se com alguém que veio de outro país, fragilizado, estava em outra cidade e foi para Santa Maria, lá perdeu o horário de fechamento do abrigo, ficou na rua. Ele exercia a atividade de vendedor de bijuterias, foi assaltado, roubaram-lhe R\$ 500,00 além das bijuterias, e atearam fogo no colchão em que dormia. Repito: às vezes, nos envergonhamos da raça humana, porque quem fez essa barbaridade deveria olhar-se no espelho e envergonhar-se de ter consciência de fazer um ato de tanta brutalidade, principalmente com um ser, repito, fragilizado. O jornalista Luiz Antônio Araújo, no jornal Zero Hora, na pág. 17 de hoje, escreveu: “Carta a Cheikh” – este é o nome do rapaz, aliás, quero que seu nome fique registrado nos Anais da Câmara de Vereadores: Cheikh Oumar Foutyou Diba. Felizmente, o mundo não é composto somente por bandidos, mal-intencionados, como nesse caso. Dizem que foram três rapazes, três pessoas que fizeram essa barbaridade com o senegalês. Em Santa Maria também existe, graças a Deus, na Universidade Federal, um grupo de Direitos Humanos que já tomou medidas, inclusive colocando, na Internet, um apelo para uma colaboração financeira a esse rapaz. Eu ouvi hoje a representante desse grupo de Santa Maria falando na Rádio Gaúcha, e felizmente vi não só a solidariedade daquelas pessoas, principalmente mulheres, mas a atitude imediata para que não passe em branco tamanha violência.

E a Câmara de Porto Alegre não pode ficar omissa e só no discurso. Por isso, estou apresentando uma Moção de Repúdio ao ato bárbaro de violência contra o senegalês Cheikh Oumar Foutyou Diba, para que fique claro à Prefeitura de Santa Maria que nós não nos omitimos com tamanha violência. Aqui muitas violências ocorrem contra as mulheres, contra várias outras situações, mas um País que recebe pessoas que saem de seus países porque lá tem guerra, porque tem mais pobreza, porque tem uma não sobrevivência e vem trabalhar, colaborar com o Brasil, não pode acontecer isso. Olhem como a vítima se referiu a nós: “Meus amigos brasileiros me queimaram”, disse o senegalês atacado em Santa Maria. Ele ainda considera os brasileiros como amigos, mas

nós, que fizemos parte da parcela que abomina, que condena esse ato, estamos entre os amigos do senegalês.

Para concluir, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, creio que o Brasil também está recebendo os refugiados da Síria e de outros países, mas temos que recebê-los com dignidade, com direitos humanos, pois temos tantas secretarias que dizem respeito aos direitos humanos, temos que por isso em prática. Então, o mínimo que se pode fazer é um ato de repúdio para tamanha violência, tamanha barbaridade. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a todos que nos assistem, é uma semana para mim de muita, muita emoção. Aquelas cores que eu amo e que ajudaram a realizar os meus sonhos, o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, amanhã estará fazendo 112 anos. Eu quero aqui mandar um abraço para o Presidente Romildo, desejando feliz aniversário e um feliz ano para o Grêmio! Eu amanhã também estarei de aniversário. Eu tive essa sorte, eu acho que Deus me contemplou, Ver. Mario e Ver. Pujol, de nascer neste dia, onde eu viria a realizar todos os meus sonhos que uma criança aos cinco, seis, oito aninhos sonha.

Ouvindo, aqui, a Irmã Pierina Lorenzoni, Presidente da Pequena Casa da Criança, fiquei muito sensibilizado e muito contente por esse trabalho da Pequena Casa da Criança. Ali começou o meu sonho, ali comecei a pensar a jogar no Maracanã, a pensar em ser campeão, e onde eu vim realizar isso, Ver. Pujol? No Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, é uma coincidência muito grande. O mundo é tão pequeno que a gente roda e se encontra no mesmo lugar. E aqui encontrei essa porta, do gaúcho, de todos os gaúchos que me adotaram e que me ajudaram nessa minha caminhada. Então eu sou muito grato. Quarenta e cinco anos morando aqui, meus filhos todos nasceram aqui, eu tenho imenso orgulho e imensa paixão pelo Rio Grande do Sul, já que da minha terra eu saí muito cedo, aos 15 anos, foi só a raiz, mas a água foi jogada para esta árvore crescer aqui no Rio

Grande do Sul. Então, eu devo muito aos gaúchos. E eu fico muito feliz, quando viajo para fora do Estado ou do país, por poder falar de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul.

Ver. Nereu, parabéns pela sua fala. Ontem, eu vi o programa Fantástico, tenho lido bastante a respeito do assunto e eu deixo as seguintes perguntas: que mundo queremos? Somos seres humanos ou não? Por que tratar assim os nossos irmãos? Vejam a demonstração da Alemanha! Não importa aonde eu vá ou onde eu esteja, eu sou um ser humano. Não devemos tratar assim os animais, então por que nós, seres humanos, nos tratamos assim? Aonde vamos chegar? O que queremos para esse planeta terra? A destruição? Eu creio que não. Seja negro ou branco, não importa a cor, a raça ou a posição social; o que importa é o que temos dentro de nós: uma alma pulsando, um coração batendo. Que sejamos seres humanos! A cor, donde vem e para aonde vai não importa. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

A Sra. Sofia Cavedon: Sr. Presidente, a comunidade aqui presente está pedindo, se possível, que entremos logo na Ordem do Dia, para avaliarmos o PLCE nº 007/14, então, depois da fala do Ver. Cassio, talvez nós possamos chegar a esse entendimento. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Ver.^a Sofia, eu já vou utilizar, inclusive, o tempo de liderança do PTB, para abordar um pouco o PLCE nº 007/14, justamente para que, quando nós entramos na Ordem do Dia, nós irmos mais rápido na votação.

Eu queria aqui, saudando todos os Vereadores e Vereadoras, o público que nos acompanha nas galerias, falar um pouco do PLCE nº 007/14, que restabelece a Zona Rural no Município de Porto Alegre. Esse projeto, Ver. Nereu, chegou aqui em novembro do ano passado. Dia 5 de novembro foi protocolado aqui, e em dezembro, Ver. Mario Manfro, houve uma Audiência Pública nesta Casa – grande parte dos senhores e senhoras estava aqui acompanhando. Já naquele dia, aqui nesta tribuna mesmo, me

manifestei favorável à tese do restabelecimento, Ver. Elizandro, da Zona Rural. Mas como se trata de um Projeto que muda o Plano Diretor, Ver. Reginaldo Pujol, eu propus à época a instalação de uma Comissão Especial nesta Casa que pudesse, de maneira aprofundada, tratar desse assunto. Desde o primeiro momento, eu sempre disse para todos que discutiam previamente que era favorável à tese, mas que precisávamos aprofundar o assunto. Trabalhamos 60 dias, prorrogados por mais 30, totalizando 90 dias; ultrapassamos o recesso parlamentar e muitos foram os resultados atingidos na nossa Comissão Especial.

Nos diziam os produtores rurais – está aqui o Cleber Vieira, Presidente do Sindicato Rural – que não obtinham financiamentos bancários no sistema de crédito para suas atividades. Verificamos que se tratava de uma verdade quando se fala, Ver. Villela, dos criadouros. A lei estadual determina que criação de animais só pode acontecer, Ver.^a Mônica, em zonas rurais. Portanto, todos os criadouros que temos em Porto Alegre, desde que a Zona Rural foi extinta são irregulares, não passíveis de licenciamento ambiental. E hoje as instituições de crédito só dão crédito para quem tem licenciamento ambiental. Então, verificamos que dentre tantas outras coisas o restabelecimento da Zona Rural vai sim trazer a legalidade para aqueles criadores dentro da Zona Rural, que poderão licenciar a sua atividade e ter acesso melhorado para a questão creditícia.

Outra grande questão que foi muito abordada foi em relação aos produtores rurais que não estão contemplados dentro da Zona Rural. Como ficariam esses? E os dados da SMIC nos demonstram que temos 750, 800 produtores rurais, e na zona restabelecida teremos apenas 350, não mais do que isso. Desde 2005, quando ainda o Ver. Cecchim era Secretário, nós temos uma instrução normativa da SMIC, Ver. Maroni, que estabelece que qualquer atividade primária – logicamente, não de criadouro – pode se estabelecer em qualquer território da Cidade, desde que atenda os dez itens, Ver. Pujol, dessa normativa. Portanto, é permitida, sim, a produção primária em qualquer outro lugar da Cidade, menos criadouros, desde que atendendo a essa normativa da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio, inclusive com não incidência do IPTU e isenção da taxa de lixo, que nós sabemos que é uma demanda tributária existente. Tem alguns problemas que precisamos continuar discutindo, sim, inclusive quanto a dívidas passadas que, até hoje, não foram solucionadas.

Outro grande capítulo que nós estamos corrigindo através de uma emenda de liderança do Governo diz respeito às áreas não regulares, aos adensamentos urbanos não regulares presentes na zona que está sendo restabelecida como zona rural. O projeto simplesmente desconhece isso. Nós estamos emendando e dando prazo para o Governo até o final de 2016, que é o final desta gestão, para que o Governo faça o levantamento dessas áreas e estabeleça uma forma de regularização das áreas que foram desconhecidas no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cassio Trogildo prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. CASSIO TROGILDO: Eu fiz outra emenda, aqui, também, incentivando a produção agroecológica como preferencial, adotando a obrigatoriedade, porque eu acho que, se os produtores decidirem que vão ter produção apenas agroecológica, tem que ser uma decisão lá da comunidade, dos produtores, que é quem está lá, de sol a sol, trazendo a produção para a nossa Cidade.

Eu vejo que esse projeto, que é de iniciativa do Executivo, através da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio – está aqui o nosso colega Vereador Humberto Goulart, com a participação da Secretaria Municipal de Urbanismo, do também Vereador e Secretário Valter Nagelstein –, começou lá com o Secretário Cristiano, com uma grande incidência da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, porque se esse é um projeto, Ver. Elizandro, de desenvolvimento, que procura tratar da segurança alimentar da nossa Cidade, que trata do nosso desenvolvimento econômico, porque dá incentivos e cria todo um programa de desenvolvimento à área primária da nossa Cidade, e não podemos deixar de dizer que ele também é um projeto de preservação ambiental. Por ali, no Extremo-Sul, entram os ventos da lagoa. Alguns perguntam por que não os 30% do território, como já tivemos anteriormente? Porque boa parte desses 30% que tínhamos como Zona Rural já está adensado do ponto de vista urbanístico. Portanto, acho que é um bom projeto, é possível; 8,23% do território é um pedaço importante da nossa Cidade, que está dizendo para preservarmos enquanto produção primária.

Eu queria fazer um encaminhamento para que esta Casa possa, sim, aprovar o Projeto nº 007/14, restabelecendo a Zona Rural no Município de Porto Alegre. Quero agradecer a

participação de todos os Vereadores que nos visitaram na Comissão Especial, os doze Vereadores que trabalharam durante 90 dias escutando a comunidade, as regiões de planejamento, os órgãos do Município, do Estado. Também parabenizar o Ver. Comassetto pelo profundo relatório que fez identificando diversas dificuldades que terão de ser superadas. E parabenizar os Vereadores, porque temos um número de emendas que conseguimos um consenso para melhorar o projeto para que ele hoje, numa data histórica, possa restabelecer em Porto Alegre a Zona Rural. Muito obrigado e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder e, depois, prossegue a sua manifestação para uma Comunicação de Líder, pela oposição, por cedência da Ver.^a Jussara Cony, Líder da oposição.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; quero cumprimentar todos os produtores rurais, os ambientalistas e os moradores da região sul da cidade de Porto Alegre. Quero dizer que na Comissão Especial que tratou do projeto da Zona Rural, eu tive o prazer e a confiança de todos os colegas Vereadores para ser o relator desse processo. E vou apresentar aqui, sinteticamente, porque já apresentamos na Comissão, um conjunto de problemas que identificamos no projeto e um conjunto de temas que precisam ser tratados para resolver definitivamente alguns conflitos que existem, dos produtores primários de Porto Alegre.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. ENG^o COMASSETTO: Observando o mapa, todas aquelas manchas coloridas é onde se propõe hoje ser hoje Zona Rural. Eu vou passar rapidamente o que nós identificamos. Primeiro ponto: somos favoráveis à Zona Rural como um todo, como somos moradores da região, preservacionistas e produtores da região, onde tem um conjunto de comunidades já instaladas, algumas já com lei aprovada e outras não regulamentadas.

Com lei aprovada: o Jardim Floresta já é uma lei de Área Especial de Interesse Social; Chapéu do Sol já é uma área AEIS; a comunidade do Lageado, da Boa Vista, do Jardim Floresta e da Extrema, no Plano Diretor de 2010, já foram incluídas como núcleo urbano. E estas localidades todas que ali estão, passaram a régua por cima, dizendo que tudo é Zona Rural. Um dos debates é: nós retiramos todas essas comunidades de lá, ou nós as regularizamos. E o projeto que veio não apresenta esta possibilidade de regularizar, e nós estamos aqui debatendo para fazer essa concertação.

Ali está a Av. do Lami, e diz que toda a sua extensão é Zona Rural. O que nós fazemos com as agroindústrias que estão ali? Ali perto do Chapéu do Sol tem a agroindústria do freezer; na Boa Vista tem a agroindústria da lavanderia; mais adiante, perto do Beco do Cego, tem a Embapel, que é a fábrica de papel, assim como um conjunto de outros comércios e pequenas indústrias e lojas de ração, agropecuárias e outras. Se nós dissermos que tudo é Zona Rural, não se dá condições de regulamentá-las e regularizá-las.

Aqui está o Jardim Floresta: esse núcleo é rural ou urbano? Aqui está o Lageado. Tudo isso é Boa Vista, ali continua o Boa Vista. Lá no Extremo, onde moram o Professor Pedro, o Edemar e outros que estão aqui, aquele núcleo é urbano ou é rural?

Aí nesse mapa, nós identificamos que tudo que está em vermelho são áreas que vieram como Zona Rural. Zona Rural é um regime urbanístico no qual a divisão mínima é de dois hectares e que pode ter uma casa a cada dois hectares. Portanto, sob o nosso ponto de vista, o Governo já deveria ter apresentado o mapa identificando essas comunidades que são urbanas e dito: "Vamos regularizar". Se vai ser uma vila rural, se vai ser uma Área Especial de Interesse Social, isso deveria ter vindo no projeto. Mas é nossa obrigação vir aqui e mostrar o trabalho.

Aquilo em azul são áreas de interesse institucional. Colocaram dentro da Zona Rural área da FASE, estação de tratamento do DMAE, tanto do Lami, quanto a de Belém Novo.

Sobre aquelas áreas em rosa, tem projeto tramitando nesta Casa, o projeto do arado, dizendo que ali vai ser feito um grande condomínio. É um projeto de lei do próprio Governo, e agora ele manda um dizendo que é Zona Rural, outro diz que é Zona Urbana, que é o projeto do arado.

Esse é o projeto do arado, toda essa faixa azul está dentro do mapa colocado hoje dentro da Zona Rural. Afinal, ele é Zona Rural ou é área de desenvolvimento urbano como o Governo está propondo?

Naquele azulzinho têm algumas indústrias que nós mapeamos na região. Ainda, diante disso, tem áreas que são de potencial agrícola. Se pegar aquela ponta de cá, bem abaixo, aquelas faixas amarelas, é Boa Vista onde moro. Ali tem os meus vizinhos, o Sr. Ivo Candota, todo mundo planta ali. O projeto do Governo pegou a metade como lavoura; a metade é Zona Rural e metade é ambiental. Bom, se é produção, teria de vir em todo ele. Então, estamos sugerindo que todo ele seja incluído dentro da Zona Rural.

Aí têm núcleos urbanos intensivos que já são lei. Esses que falei anteriormente. O que nós queríamos dizer aqui? Que hoje nós precisamos corrigir isso na votação do projeto; se não corrigir, ter um acordo para que possa continuar não só a produção, mas que possa, realmente, resolver os problemas que tem.

Primeiro problema: pedimos o cadastramento, quantos produtores há em Porto Alegre. A Prefeitura não mandou, diz que não sabe quantos há na totalidade. Vários de vocês já têm isenção do IPTU desde 2002, mas vários de vocês estão sendo cobrados pela própria Prefeitura, uma dívida ativa, e estão na Justiça. Afinal de contas, se estão dentro da Zona Rural e da área de produção primária e têm direito à isenção dos impostos, estamos propondo que o Governo faça uma nova lei, dizendo que todos aqueles que têm dívida sejam perdoados, porque, desde 2002, já têm direito, para poder manter a produção.

Muitas propriedades produtivas foram cortadas pelo meio. Estamos dizendo que, dentro da zona proposta, que é 8% do território do Município, tem mais ou menos de 35 a 45% dos produtores; os outros estão fora dessa zona; os que estão no Campo Novo, os que estão na Vila Nova, os que estão na Estrada das Quirinas, estão todos fora deste zoneamento. Como é que fica? Ali está o Piber, que está fora deste projeto. Ele vai continuar sendo produtor? Vai, devemos apoiá-lo para tal. Então, estamos apontando neste mapeamento que tem que ter um programa do Município de Porto Alegre que identifique todos os produtores, de uma vez por todas, e que todos que têm direito à isenção de impostos e taxa de lixo, o que já é lei, tenham suas dívidas perdoadas.

Em segundo lugar, estou vendo aqui alguns produtores de suínos, que tiveram que fechar as suas propriedades porque não conseguem licenciá-las, ou lá o “cabeça” e os outros

quiseram fazer uma leitaria, e a SMAM e a SMIC não a licenciaram. Então, estamos apontando que tem que ter um programa municipal de licenciamento das atividades da agroindústria e da produção primária. Se não houver um programa, o problema vai continuar existindo.

Ali está o Beto, que produz peixes lá na Vila Nova, na Atilio Supertti. A produção de peixes está irregular porque não tem o licenciamento do Município. Pode? O mesmo problema, o Município subsidia para fazer os açudes, e assim por diante. Temos que resolver isso de uma vez por todas. E não é por falta da lei; é por falta de adequação.

Há duas questões aqui que o zoneamento rural resolve: a guia do ITR para aquele que não tem, quando precisa de um financiamento, e o licenciamento das criações de suínos, que precisam do aval do Governo do Estado. Estas duas, o zoneamento resolve. Todas as outras já podem produzir hoje.

Eu poderia dizer muito mais. Apresentei uma síntese do relatório, e aí que está o âmagô, aí é que está o X da questão. Para tirar de área de produção primária e colocar para a Zona Rural, já temos acordo. Agora, não é só isso que resolve. Eu quero dizer a todos aqui que nós apresentamos uma emenda. A contaminação ambiental que existe lá, pelos esgotos das águas, pelas vilas irregulares, vai continuar ou tem que ser corrigido? Aos agricultores ecológicos que aqui estão e que mais avançam a produção ecológica: nós vamos proteger essa produção ou vamos continuar fomentando a produção com o uso do veneno também em Porto Alegre? Nós temos a clareza de que Porto Alegre tem que ser um território de produção primária livre de agrotóxicos e livre de transgênicos. Nós temos clareza disso. Isso tu fazes de um dia para o outro? Não, não fazes! Nós estamos propondo aqui no debate que, em cinco anos, se tenha um programa que insira todo mundo. A Tânia está comandando uma delegação desta Câmara, juntamente com o Município, que vai para Milão, na Itália. Sabem por quê? Porque lá tem a Expofeira. O tema mundial da Expofeira é a alimentação saudável. A Dinamarca já está gravando todo o território como livre de agrotóxicos e livre de transgênicos. Nós devemos aproveitar esse momento e avançar nesse tema, ou ficarmos simplesmente dando um zoneamento e patinando. Nós estamos propondo aqui, neste debate, juntamente com varias entidades aqui presentes, entre elas a Agapan, que Porto Alegre possa ser um território de alimentação sadia, sem agrotóxicos e sem transgênicos. Um bom trabalho e uma boa votação a todos nós. Muito obrigado e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo o Memorando nº 25/15, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, nos termos do art. 227, § 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação de mesa de debate na Câmara Municipal de Campinas, em São Paulo, no dia 25 de setembro de 2015.

Apregoo o PLE nº 027/15, de autoria do Governo Municipal.

(15h25min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Apregoo a Emenda nº 05, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, ao PLCE nº 007/14.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 05 ao PLCE nº 007/14 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Apregoo as Emendas nº 06 e nº 07, de autoria do Ver. Engº Comassetto, ao PLCE nº 007/14.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando dispensa do envio das Emendas nº 06 e nº 07 ao PLCE nº 007/14 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 08, de autoria do Ver. Kevin Krieger, ao PLCE nº 007/14.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 08 ao PLCE nº 007/14 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Apregoo a Emenda nº 09, de autoria dos Vereadores Engº Comassetto e Jussara Cony, ao PLCE nº 007/14.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver.^a Jussara Cony, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 09 ao PLCE nº 007/14 à apreciação das Comissões, para Parecer.

(Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Apregoo a Emenda nº 10, de autoria do Ver. Dr. Thiago, ao PLCE nº 007/14.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 10 ao PLCE nº 007/14 à apreciação das Comissões, para Parecer.

(Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Apregoo e defiro Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 01, nº 02, nº 03 e nº 04 ao PLCE nº 007/14.

Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. Eng^o Comassetto, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 05, nº 06, nº 07, nº 08 e nº 09 ao PLCE nº 007/14.

Registro a presença do Secretário Dr. Humberto Goulart e do Secretário Adjunto Paulo Marques.

Em discussão o PLCE nº 007/14. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/14.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas; eu queria começar esta discussão cumprimentando os produtores, militantes, ativistas da causa ambiental, produtores da nossa Zona Rural, que estamos lutando para regressar ao nosso Plano Diretor, dizendo que nós não falamos em Liderança, nem eu nem o Ver. Prof. Alex Fraga, porque, se a Lideranças ocupassem o período inicial do plenário, nós demoraríamos ainda mais para entrar neste projeto, que é fruto de uma luta de décadas para que haja, de novo, a valorização dessa zona tão importante para o Município de Porto Alegre. E o que vimos ao longo desses anos foi justamente que essa desregulamentação levou a uma série de problemas a Zona Sul da nossa Cidade. Tenho certeza que cada um e cada uma que nos acompanham na tarde de hoje poderiam citar as questões relativas à tributação, às dívidas, às dificuldades para garantir o licenciamento para produção. Eu quero citar a enxurrada da especulação imobiliária na Zona Sul da nossa Cidade, o licenciamento à revelia, a devastação ambiental, a perda das características tão longamente construídas pela nossa população, que, diante dos ataques e de uma lógica da especulação imobiliária de transformar tudo em negócio, foi extremamente brutal na

Zona Sul da nossa Cidade. Zonas inteiras devastadas, licenciamentos que nós não sabemos como foi possível terem sido feitos pela Prefeitura de Porto Alegre, gerando danos ambientais irreversíveis e, mais que isso, perda da qualidade de vida, perda das características históricas da Zona Sul de Porto Alegre. O Ver. Prof. Alex, meu colega de bancada, também morador da Zona Sul, certamente sabe e tem defendido firmemente uma campanha contra essa lógica da especulação imobiliária.

Quero dizer para vocês que nós, obviamente, somos a favor do retorno da Zona Rural e achamos que uma luta é parte do acúmulo de um futuro. Vamos combinar entre nós que o PLCE nº 007/14, enviado pela Prefeitura e que será votado na tarde de hoje, é extremamente insuficiente. Nós sabemos que há produtores rurais que não estão contemplados na delimitação do mapa apresentado pela Prefeitura de Porto Alegre; nós sabemos que há áreas que já estão ocupadas e que precisam da regularização; nós sabemos que tem a questão das terras improdutivas que foram levantadas por vários dos militantes do movimento ambientalista; nós sabemos que é preciso trabalhar e construir uma zona livre de agrotóxicos, de transgênicos e que fortaleça a agroecologia, e, para fortalecê-la, são necessárias políticas públicas de fortalecimento, é necessário o incentivo concreto do Governo, é necessário que não haja contradição entre os projetos. Porque eu tenho muito claro que, ao mesmo tempo que nós estamos votando com o nosso apoio o retorno da Zona Rural em Porto Alegre, tramita aqui na Câmara de Vereadores, o PLL nº 005 do próprio Governo, que coloca 190 hectares que estão na Zona Rural para virar condomínio na Zona Sul. Então, essa contradição é deles, não nossa. Portanto, nós achamos fundamental que avancemos nessa conquista hoje, mas que isso nos fortaleça para incluir outras áreas, para incluir o retorno da garantia da amplitude da totalidade da Zona Rural de Porto Alegre, que isso fortaleça a luta pela agroecologia, que fortaleça a luta do pensamento, como vocês escreveram na Carta à Câmara, um pensamento global e a ação local. Nós temos a certeza de que lutar por uma Zona Sul livre da especulação imobiliária, livre do mercado imobiliário, como vocês apontam, é fundamental dentro dessa lógica do agir global, da defesa do meio ambiente, da defesa da agricultura familiar, da defesa de uma outra lógica de comercialização e de luta no nosso Município. Parabéns pela mobilização, e nós lutaremos pra que seja um primeiro passo de muitos que nós temos que dar. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/14.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, faço a minha saudação a essa belíssima mobilização de quem vive a nossa Zona Sul da Cidade, a nossa Zona Rural, de quem tem feito grandes esforços para que assim ela se mantenha, para que haja políticas públicas que invistam na sua vitalização, na sua sustentabilidade, na sua viabilidade. Então, acho que essa é a primeira questão, se aqui está o projeto de lei retornando a Zona Rural para a cidade de Porto Alegre, é por essa realização do cotidiano, por essa militância, por essa luta que nós sabemos que é árdua, que é de difícil sobrevivência em uma Cidade majoritariamente urbana, com pouquíssimas políticas para nossa Zona Rural. Também quero dizer que o grande esforço naquele Plano Diretor no qual eu não votei, mas que sei que, na época, era, de fato, para conseguir que a Cidade olhasse para sua Zona Rural e que alcançasse a ela a infraestrutura mínima necessária para o próprio deslocamento e comercialização dos produtos, para atender às populações, às famílias, às pequenas vilas com posto de saúde, com escola e para resolver também um financiamento disso. Acho que a Cidade vem há muito tempo discutindo a necessidade de olharmos simbolicamente – ao menos eu vou tratar da regularização de algumas atividades que são importantes – para cidade de Porto Alegre e vermos a Zona Rural. Portanto, temos que fazer os investimentos correspondentes a essa decisão política, que me parece ser a grande simbologia da recomposição da Zona Rural.

De fato, nós não vamos mexer em índices construtivos, em altura e densificação, não é disso que se trata. Então, queria também entrar um pouco mais nas questões que eu considero importantes e que aqui já foram ditas. Logo que o projeto de lei entrou aqui, eu propus quatro emendas. Uma das questões que nós tínhamos claro, e que eu espero que seja resultado dessa conquista, é que se torne mais lucrativo, mais interessante manter as Áreas Rurais do que vendê-las para condomínios para especulação imobiliária. Nós queremos que os proprietários das chácaras tenham tanto estímulo, tanto apoio, sejam tão valorizados, requeridos na sua produção, na sua potencialidade turística e cultural, que não seja nada interessante que essas áreas sejam comercializadas para

empreendimentos imobiliários. Portanto, é muito importante que, por exemplo, a gente consiga otimizar, melhorar, incrementar a comercialização dos produtos que são de origem, são cultivados; produtos e serviços que deem possibilidades de lazer e cultura. Uma das emendas é para que a Prefeitura amplie para além do bolinho de peixe, que não é bem a especificidade da Zona Rural, mas amplie e comece a fazer o que já tem legislação, que é a compra direta dos produtos da produção primária da nossa Cidade. Toda a produção da alimentação, e não é só para as escolas, é para os centros de atendimento da Assistência Social, para os nossos abrigos, para o nosso atendimento da população vulnerável em situação de rua. A Prefeitura compra muito alimento, por que a Prefeitura não compra esses alimentos dos nossos produtores rurais? Por que não ajuda o Sindicato Rural a organizar o entreposto, organizar uma forma de manutenção, de guarda e de distribuição, tendo em vista que essa logística é cara? Isso é muito importante, se a produção tiver um escoamento sem intermediários, com certeza, nós teremos um retorno muito melhor e de fortificação e de valorização para quem faz essa produção tão importante.

Quero dizer também que logo apresentei uma emenda para o fomento e a valorização da produção sem agrotóxico, e quem vai à Feira do Bom Fim, no sábado de manhã, sabe o valor daquele alimento... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...alimento que eu tenho a certeza de que todos os produtores gostariam de assim fazê-lo e, se não o fazem, é porque ainda não é viável economicamente, ou porque não conseguiram recursos para investir. Então a mudança da legislação tem que vir acompanhada de política pública determinada, de prioridade, da produção, do escoamento e do aproveitamento da produção de vocês e da potencialização dos recursos turísticos que esse lindo canto da Cidade, esse lindo pedaço da Cidade tem. Então parabéns e que seja uma linda tarde, que vocês se sintam vitoriosos e vitoriosas pela construção de vocês!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/14.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores que nos acompanham na Casa, pela TVCâmara, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, saudação ao Ver. Mauro Pinheiro, Presidente da Casa. Bom, foi uma grata surpresa quando a Ver.^a Fernanda Melchionna, Líder da Bancada do PSOL, me convidou para compor o grupo de discussão sobre a reinstauração da Zona Rural de Porto Alegre. Como morador da Zona Sul, vivo na Zona Sul desde a década de 1980, desde os meus 14 anos na Vila Nova, e criei-me naquela região e muito percebi da perda das fronteiras, digamos assim, agrícolas da nossa Cidade. Lembro que eu brincava entre Vila Nova e Campo Novo em meio a plantações de pêssego, que foram sendo progressivamente substituídas por casas, condomínios. Algumas grandes fazendas foram substituídas por grandiosos empreendimentos; alguns, populares, e outros para pessoas de alto poder aquisitivo. Esse tipo de desenvolvimento, muitas vezes, traz consequências bastante danosas à Cidade que temos.

Nós temos, como segundo item da nossa pauta, na Ordem do Dia, um projeto que visa aumentar a altura das edificações da nossa Cidade. Não é essa a Cidade que eu quero; eu quero a Cidade com mais verde, a Cidade que eu quero é aquela em que nós precisemos usar filtros para respirar, a Cidade que eu quero é aquela onde nós não tenhamos a identificação de um córrego ou de um arroio como um valão ou esgoto correndo a céu aberto, a Cidade que eu quero é uma Cidade que tenha mais Zona Rural. Felizmente, vi esse debate e pude participar, porém acho que esse projeto foi extremamente modesto. Existem várias áreas de Porto Alegre que poderiam ser abarcadas pelo projeto da Zona Rural. Temos ainda várias regiões dentro desses bairros que eu citei, Campo Novo e Vila Nova, que poderiam ser contempladas dentro da Zona Rural, mas não o foram. E aí vai a minha crítica: poderíamos ter expandido essas áreas. Ainda lá no bairro Lami, eu tive a infelicidade, em 1997, quando ainda estava na faculdade, de participar de protestos contra a instalação do aterro sanitário na Extrema. Protesto, por quê? Porque a gestão, na época, não se preocupou com alguns fatores que são fundamentais, como a qualidade dos nossos mananciais hídricos. Nós tínhamos várias fontes, vários arroios naquela região que tiveram que ser drenados para instauração daquele aterro sanitário. E essa falta de cuidado com o ambiente terá um reflexo. Portanto, a Zona Rural é necessária, mas precisamos ter cuidados. Um dos cuidados que eu ressalto é com relação às ocupações já existentes. Se nós não

pág. 25

destacarmos essas ocupações e não permitirmos a sua regularização, nós ainda teremos contaminação de lençol freático, teremos esgoto correndo a céu aberto, esgoto cloacal, e isso compromete a qualidade do nosso ambiente natural.

Responsabilidade: precisamos analisar também esses fatores. Infelizmente isso não é benquisto por algumas pessoas, por alguns Vereadores desta Casa. Então, fica aqui o meu destaque. Cuidado, senhoras e senhores, vamos analisar com carinho cada uma das emendas a este Projeto. O Projeto é meritório, é necessário. Poderia ter sido ampliado mas não foi, porém existem algumas emendas que são fundamentais e precisam ser analisadas com cuidado para que possamos ter uma Cidade melhor, mais qualificada, uma boa ... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/14.

O SR. DR. THIAGO: Sr. Presidente, colegas Vereadoras e Vereadores, público da Extremo-Sul que ocupa as galerias, lideranças comunitárias daquela Região; Presidente da Zona Rural, Rosane; caro Secretário Dr. Goulart, venho a esta tribuna e não poderia me posicionar diferente do que reiteradas vezes já me posicionei: favorável à Zona Rural. Quero adiantar esta minha posição, que já vem de muito tempo. Trabalho naquela área da Cidade há pelo menos 16 anos e reconheço a produção primária, a produção secundária, e principalmente a atividade do agronegócio naquela Região como atividade muito importante, produção artesanal muitas vezes daqueles pequenos produtores rurais que sem dúvida nenhuma dão vida, dão sustentabilidade à grande metrópole e a Porto Alegre. Por isso me posiciono favoravelmente, e também à produção orgânica naquela Região. Tu sabes que lá em casa somos consumidores da produção orgânica da Cidade, porque, efetivamente, a partir dessa produção orgânica, nós vamos ter uma saúde melhor, vamos poder legar aos nossos descendentes uma saúde melhor e uma melhor qualidade de vida.

Quero dizer, Presidente, que aquela região também precisa de um olhar especial na sua *expertise*, portanto, nós precisamos conjugar o desenvolvimento daquela região com a sustentabilidade desse desenvolvimento. Nós, efetivamente, não podemos acabar

levando para lá grandes empreendimentos com muitas moradias, e a região carecer de uma estrutura para receber essas pessoas. É nesse intuito, Ver. Kevin, que nós propusemos uma emenda no sentido de que quatro áreas continuassem nessa preservação e nessa tônica. São duas áreas vinculadas a Lajeado, que não têm estrutura para receber grandes moradias, principalmente na curva do Lajeado, e outra que se refere à Estrada do Lami, que é uma área, inclusive, de banhado, conhecida como Praia das Garças.

Essas são as nossas contribuições. Causa-me bastante felicidade, Ver. Kevin, ouvir, de parte do Governo, que a Lei nº 663, de 28 de dezembro de 2010 – que listava essa e outras AEIS, Ver.^a Mônica, que são AEIS para construção e futura ocupação –, foi, efetivamente, declarada inconstitucional, já não existindo mais. Causa tranquilidade aos movimentos sociais, que nos procuraram, e também a nós ver que essas áreas que não têm condições de receber grandes habitações e grande quantidade de economias não vão ser ocupadas, preservando de forma ainda melhor o meio ambiente.

Eu quero dizer que sou favorável ao projeto, sou favorável a que se possa regularizar aquelas áreas já consolidadas, como a parada 21, as Ruas Primavera, Camboim e Araçá, a Sapolândia, o Jardim Floresta, populações que já vivem lá há 20 anos, e que se possa dar a possibilidade de se ter a regularização fundiária nessas regiões. Então eu acho que o projeto da Zona Rural vem muito bem conjugado com a possibilidade de regularização fundiária de áreas já completamente consolidadas, fazendo com que a região... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...efetivamente, possa buscar um desenvolvimento sustentável, uma melhor qualidade de vida, uma vida digna para todos os que vivem lá e que merecem. Parabéns pela iniciativa do retorno da Zona Rural e podem contar com o nosso voto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/14.

O SR. PAULINHO MOTORISTA: Sr. Presidente, Vereadores, pessoas das galerias, amigos, fico feliz e com certeza votarei favorável a este projeto. Eu trabalhei como

motorista durante 24 anos, me orgulho disso, naquela região do Extremo-Sul, sempre passando pelos produtores em todos os horários; o pessoal indo para a Ceasa nas madrugadas, para as plantações. Para nós é uma honra ver aquela Zona dessa maneira que está sendo vista agora. Sempre lutaremos, porque fomos eleitos Vereadores para trabalhar e olhar para toda a Cidade e não virarmos as costas para onde nos criamos, trabalhamos, convivemos, nos alimentamos da produção dos nossos grandes e pequenos produtores do Extremo-Sul, de que me orgulho muito em falar, e com certeza, todos que estão me olhando aqui sabem que falo com transparência e falo olho no olho. E com certeza, hoje, votaremos para que a gente saia daqui com a grande vitória, e que os nossos produtores da Zona Sul ganhem com isso e continuem com o seu trabalho digno, honesto e produtivo para toda a Porto Alegre.

Volto a dizer que acompanhei, nesses anos em que trabalhei lá, convivi com as pessoas... Tenho orgulho de chegar nas suas plantações, nas lavouras e conversar com meus amigos, e ver também que não é só plantar... Muita gente acha que é só plantar. Dizem que o camarada é produtor, planta, que é barbada! Barbada, não senhor, porque o cara não acompanha o dia a dia do produtor, acordando de madrugada, pegando sol ou chuva, para poder produzir, poder levar o alimento para toda a população.

Não vou me alongar muito, Presidente, só quero dizer que, com certeza, podem contar com o meu voto e me orgulho bastante disso, de vir aqui na frente fazer a minha fala, respeitosamente. E me orgulho de tê-los aqui hoje.

Secretário Humberto, votaremos juntos, como já conversamos sobre isso. E viva a nossa Zona Rural, aquele verde... Sempre que me perguntavam na garagem que linha que eu preferia fazer, eu dizia: me bota lá onde eu veja bem o verde, que não tenha poluição, para eu poder trabalhar tranquilo, sem aquele barulhão. E todos sabem do que estou falando; eu não estaria falando, se não fosse uma verdade. Sempre me colocavam para fazer o Lami, o Canta Galo, Vila Nova. Já dormia tranquilo, porque sabia que ia trabalhar com tranquilidade, porque ia passar um dia, como volto a dizer, enxergando aquele verde; aquele verde que tem que continuar verde, porque, com certeza, a nossa comunidade não quer perder o que a gente tem no Extremo-Sul e na Zona Sul. E para finalizar, o meu voto será sempre favorável. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/14.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores e todos que nos assistem. Quero cumprimentar a Tânia e a Rosane pelo trabalho - a Tânia foi com quem mais tive contato aqui na Casa - e, em nome dela, eu quero cumprimentar todos os agricultores. Eu nasci numa Zona Rural, nos canaviais de Minas Gerais. Na minha casa tinha criações de porcos, animais, plantações. E a gente sabe da importância da natureza. A natureza é maravilhosa, quem vai ganhar com isso é o povo de Porto Alegre. Acho que Porto Alegre é a segunda maior capital, no Brasil, com Zona Rural, parece que tem 8%. Isso vai trazer um bem à nossa Capital, a Capital dos gaúchos: a natureza, o ar puro, a alimentação pura, é isso de que o mundo precisa.

Eu, também, quero cumprimentar o nosso Ver. Cassio Trogildo, que está viajando, trocando essa identidade com a Itália: levando a nossa Zona Rural e trazendo algumas coisas de bom da Zona Rural da Itália. Essa troca de identidade é muito importante. E dizer a vocês que esse projeto que há muito tempo aqui na Casa – o Ver. Reginaldo Pujol lembra bem desse projeto: é um projeto que não vai suprir tudo, mas é um início, é aquela pedra que estamos colocando para que a Zona Rural de Porto Alegre seja considerada e vista pelo mundo. Então, isso é muito importante para mim. Este voto que vou dar hoje aqui é um voto para os meus filhos e para os meus netos, a marcação de uma Zona Rural, porque o mundo sem a natureza não existirá.

Então, quero parabenizá-los por este trabalho, vocês, ruralistas, que estão brigando para que o mundo tenha qualidade de vida, é o que precisamos. Contem sempre com o apoio e com a ajuda deste Vereador. Que Oxalá abençoe vocês nesta viagem e que tragam muitas coisas maravilhosas da Itália. Eu conheci bem aquela região, junto com o Grêmio; fiquei 30 dias viajando por aquelas cidades pequenas, e a gente sabe que o italiano é um povo muito querido, assim como o nosso, é um povo hospitaleiro. Alguns de vocês têm descendência italiana, e tenho certeza de que vão trazer coisas boas para o nosso País, para a Capital do gaúcho. Quero ver esta Porto Alegre respirando um ar puro e tendo uma melhor alimentação para os nossos filhos e nossos netos. Parabéns. Que Oxalá abençoe vocês.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo a Emenda nº 11, de autoria da Ver.^a Jussara Cony, Líder da oposição, ao PLCE nº 007/14.

Apregoo a Emenda nº 12, de autoria da Ver.^a Jussara Cony, Líder da oposição, ao PLCE nº 007/14.

Apregoo a Emenda nº 13, de autoria da Ver.^a Jussara Cony, Líder do PCdoB, ao PLCE nº 007/14,.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Jussara Cony, solicitando dispensa do envio das Emendas nº 11, nº 12 e nº 13 ao PLCE nº 007/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Defiro o Requerimento de autoria do Ver. Eng^o Comassetto, solicitando que seja vota em destaque as Emendas nº 11, nº 12 e nº 13 ao PLCE nº 007/14.

Apregoo a Emenda nº 14, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, ao PLCE nº 007/14.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 14 ao PLCE nº 007/14 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Defiro o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando que seja votado em destaque a Emenda nº 14 ao PLCE nº 007/14.

A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/14.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, acho que estamos hoje com a Casa repleta de homens e mulheres que têm tudo a ver com este momento importante que estamos vivenciando na Câmara Municipal de Porto Alegre. Eu quero dizer do significado da Comissão Especial da Zona Rural, da qual eu fiz parte, pela Bancada do PCdoB, comissão presidida pelo Ver. Cassio Trogildo, cuja relatoria foi do Ver. Eng^o Comassetto – uma comissão especial criada frente ao Projeto de Lei do Executivo. Ao fazer parte dessa comissão, quero confessar desta tribuna, e em todo o processo da comissão houve a participação da comunidade, que foi um grande aprendizado. E, mais do que um aprendizado, reforçou uma série de convicções minhas em relação às vocações e ao significado da nossa cidade de Porto Alegre. Portanto, mais

responsabilidade ainda, inclusive na apresentação das emendas, discutidas amplamente, seja na comissão, com a liderança do Governo, com o Ver. Engº Comassetto e com a comunidade. Eu queria dizer que entendo também que a base desse projeto de lei é oriunda de uma demanda da comunidade, daqueles que moram e produzem nessa área para corrigir uma distorção existente no Plano Diretor, porque o Plano Diretor havia extinguido a nossa Zona Rural. E aqui eu quero dizer da importância da participação dos companheiros e companheiras das mais variadas entidades do meio ambiente, da Emater, do Sindicato Rural e dos conselheiros e conselheiras do nosso Plano Diretor. E quero avançar aqui em algumas óticas que eu tenho em relação a essa legislação com essas convicções, no nosso processo de discussão, que eu acho que é importante neste momento. Primeiro, o significado do que nós vamos votar para o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental da nossa cidade. Em segundo lugar, o significado das vocações históricas na cidade de Porto Alegre, nessa área, uma área de produção. E vocações históricas oriundas daquilo que é a nossa maior riqueza: a nossa diversidade humana e cultural, em uma área da cidade de Porto Alegre que é uma riqueza para todos nós. Queria dizer também de um significado ambiental, quando vocês intervêm, quando vocês colocam determinadas questões, quando ajudam a construir emendas, quando fazem parte do debate, que é este significado ambiental, desde o cuidado dos nossos mananciais hídricos, evoluindo cada vez mais para a produção agroecológica, com a perspectiva de cadeias produtivas e estratégicas para o nosso desenvolvimento. Uma delas que eu já estou articulando nesse processo com vocês é a lei que nós aprovamos nessa Casa, de minha autoria, pela qual consegui contribuir para a lei nacional em 2003, que fiz como Deputada; Lei Estadual - foi a primeira lei que eu apresentei sobre cadeia produtiva de plantas medicinais aromáticas e condimentares e de fitoterápicos. Aqui eu quero destacar o significado desta cadeia produtiva porque a indústria química farmacêutica nossa de capital local, de Porto Alegre, nacional, não é a multinacional, a nossa pequena indústria atua na área de fitoterápicos. Então, nós temos uma importante relação a fazer. E, além disso, o significado para a saúde pública de qualidade, sob o ponto de vista do uso de medicamentos. Um significado de enfrentar a especulação imobiliária na concepção da Reforma Urbana que respeite a vocação de um lado, nossa, e de outro garanta a regularização das ocupações, que inclusive, a comunidade, representada por ambos os setores, tenha essa vontade, essa compreensão de evoluir

para se tornarem vilas rurais. Aqui também obedecendo, em relação à gravação das AEIS – 3 na região, ao Estatuto das Cidades, o significado das áreas rarefeitas, então, tem muita coisa ainda para trabalharmos, depois de aprovar esse projeto.

Uma das questões fundamentais também a enfrentar, também é regularizar, licenciar e dignificar os nossos pequenos empreendedores locais da área de suinocultura, que querem se regularizar e não conseguiram. É importante para Cidade porque vai gerar renda, emprego, arrecadação, alimentos saudáveis, na perspectiva da nossa saúde física e mental, com a compreensão ainda da saúde pública, e melhores condições de vida na cidade de Porto Alegre, porque a Zona Rural é pulmão para a cidade de Porto Alegre como um todo, e na perspectiva da reforma urbana. As emendas estão de acordo com a articulação política entre governo e oposição, a comunidade. Eu, como Líder de oposição, assinei quatro emendas, há pouco apregoadas, mas dentro desse processo de construção coletiva.

Finalizo destacando: as emendas serão proclamadas aqui para conhecimento. O pessoal estava preocupado, nós viemos discutir, e o Ver. Comassetto já destacou aquelas emendas que nós apresentamos, como Líder de oposição. No fim, nós precisamos agradecer... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/14.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, produtores da Zona Sul, a fotografia mais importante – e eu a fiz –, não é dos Vereadores, e nem de quem está aqui, é daquela mesa que está ali na frente, da produção. (Mostra fotografia.) Isso é produzido na Zona Rural de Porto Alegre: flores, frutas, hortaliças, pepinos; tudo produzido na Zona Rural de Porto Alegre. E nós, Vereadores desta Câmara, não estamos fazendo nenhum favor para a Zona Rural de Porto Alegre, nós estamos devolvendo aquilo que é da Zona Rural de Porto Alegre. (Palmas.) Estamos devolvendo uma coisa que nunca deveria ter sido retirada, nem no nome. Nós produzimos tudo na Zona Rural de Porto Alegre! Eu tive a honra de ser Secretário da SMIC, assim como V. Exa., Secretário Humberto Goulart, e participar ativamente com esse pessoal. Essas pessoas são nossas

amigas. O senhor é testemunha que eles fazem amizade facilmente, porque são produtores, são pessoas do bem, são pessoas que querem ajudar a Cidade, e nós temos a obrigação de facilitar a vida, não de atrapalhar. Nós temos que facilitar a vida de quem quer produzir, de quem quer trabalhar, de quem quer dizer: “estou presente, quero desenvolver essa área.” Então, hoje, nós estamos fazendo isto: devolvendo aquilo que já é deles.

Eu queria dar uma informação para os Vereadores aqui: Porto Alegre foi campeã da raça corriedale, na Expointer; Cléber Vieira, nosso produtor da Zona Sul, parabéns! Foi campeão na Expointer, produtor da Zona Rural de Porto Alegre. Isso não é pouca coisa! Disputou esse prêmio com o Rio Grande todo, que produz! E Porto Alegre também produz. Eu também sou campeão; a Zona Rural de Porto Alegre também é campeã da raça corriedale. Disso nós temos que nos exibir. Nós produzimos hortaliças, nós produzimos frutas, nós produzimos o melhor pêssego, nós criamos peixe, nós vendemos bolinhos de peixe muito bons, nós fizemos turismo na área rural, um turismo de qualidade. Quem é que faz tudo isso? Os produtores rurais de Porto Alegre. Onde eles fazem tudo isso? Na área rural de Porto Alegre, que nós vamos votar agora para voltar.

Então, eu acho que hoje é um dia importante não só para a Área Rural, mas é uma data importante para toda a cidade de Porto Alegre. É uma data importante para o Município de Porto Alegre, para a população de Porto Alegre, para quem fez a primeira festa da uva no Estado do Rio Grande do Sul, na Vila Nova, e para quem faz essa produção no meio da cidade, no meio das tentações que existem para se construírem espigões no lugar da produção. E a área rural de Porto Alegre está se propondo a preservar a natureza e a produzir de uma forma responsável e inteligente. Os nossos produtores são responsáveis, são inteligentes, botam a mão na massa, produzem, vendem, vão para a Ceasa, vão para o Largo Glênio Peres, vão para as feiras, enfim, os produtores estão presentes desde que clareia o dia, desde quando o sol nasce, eles já estão trabalhando. E não têm hora para voltar para casa para levar um alimento sadio, completo e puro. E tem uma coisa muito importante nisso tudo: as mulheres da Zona Rural fazem isso com maestria; não só incentivam os maridos, elas pegam junto com eles na produção, são organizadas e são trabalhadoras. Homens e mulheres da Zona Rural, hoje vocês vão assistir a votação daquilo que já é de vocês: a votação definitiva da Área Rural de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/14.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, os dois Vereadores que me antecederam – Ver.^a Jussara Cony e Ver. Idenir Cecchim –, de certa maneira, cada um com o seu enfoque, anteciparam o meu pronunciamento. Grande parte do público que nos acompanha conhece bem a minha posição e sabe que nunca iludi ninguém, desde o momento em que esse bom projeto veio para a Câmara, eu tive a oportunidade de dizer a eles que esse projeto não resolvia todos os seus problemas; muito antes pelo contrário, meu querido Ver. Goulart, que ouviu de mim, lá em Belém Velho, na Zona Rural, aqui na Câmara, a mesma posição. Mas eu entendo que esse projeto tem um significado que discutia agora com pessoas amigas que me deram a expressão correta - esse projeto é um marco legal para a Área Rural de Porto Alegre. Todo o resto é consequência. Esse projeto é perfeito? Não é! Esse projeto resolve tudo, Ver. Nereu? Não resolve! As emendas resolvem tudo? Não, algumas até confundem. O que importa é que daqui vai sair hoje uma decisão clara. A Câmara de Vereadores que há alguns anos votou pela instituição da Zona de Produção Primária – e eu quero confessar, eu fui um dos que votaram –, essa mesma Câmara hoje diz: Zona de Produção Primária é um apelido que não colou; o que era rural é rural; onde se planta, onde se cria, onde se desenvolve atividade rural é produção primária, mas é uma Zona Rural; hoje a Zona Rural que é recolocada não tem o tamanho da anterior; hoje se exclui o Delta do Jacuí, que era um absurdo ser colocado como área rural, porque é Área de Preservação Ambiental; os topos de morros. Mas aquela área, que é o coração da Zona Rural de Porto Alegre, é, por lei, a partir de hoje, com a nossa decisão, Zona Rural. E, com isso, o papo está encerrado, mais discurso do que isso é desnecessário. Nós precisamos hoje, aqui, agora, é votar! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/14.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Presidente Mauro Pinheiro, boa tarde demais Vereadores, colegas da Câmara, público que nos assiste na TVCâmara, pessoal que vem representando a Zona Rural de Porto Alegre, que está aqui hoje nas galerias demonstrando o peso e a importância do tema. Eu, como Vereador recente, conheci a Rosane, acho que há três ou quatro anos, estive na tua casa e fiquei bem impressionado com toda a demonstração da importância daquilo que tu falavas naquela época – e eu nem sabia que seria Vereador. Estávamos ali em uma conversa, Ver. Paulinho, na véspera de eleição, e eu também aprendendo sobre a Cidade. Na verdade, eu continuo aprendendo, digo que, seguramente, vocês aqui têm muito mais profundidade e muito mais elementos do que eu para justificar a importância do papel da Zona Rural em Porto Alegre. E eu estava levantando alguns dados, que não são opiniões, mas são dados estatísticos que mostram que, no ano de 1999, 30% da cidade de Porto Alegre era considerada Zona Rural. Imaginem, não faz nem 20 anos, era 30%. O que se batalha hoje é para que tenha 40 quilômetros quadrados, ou seja, que 8,28% do território seja considerado Zona Rural, o que atingirá em torno de mil famílias de produtores rurais. E os bairros Lami, Lageado, Canta Galo, entre outros que estão ali, o que garantiria essa Zona Rural e toda essa discussão? Primeiro, eu defendo por princípio, pois eu fiz Faculdade de História e, talvez, até eu seja um pouco conservador, e defendo tudo muito na origem. Por exemplo, eu sou daqueles que, quando vai à praia, lamenta quando vê aqueles prédios na beira da praia ou quando vê asfalto onde antes tinha areia. Eu sou até um pouco retrógrado em alguns aspectos, defendendo isso. Mas eu defendo porque acho que temos que preservar um pouco da origem. Eu sou um, por exemplo, que penso muito em sair daqui, em não morar em Porto Alegre no meu futuro por achar que a Cidade é sufocante, pois é uma Cidade absolutamente urbanizada e que, hoje, temos pouco da sua origem. Garantir a Zona Rural é garantir que não se tenha uma devastação absoluta imobiliária da construção que se tem hoje, por exemplo, em todos os locais de Porto Alegre; garantir linhas de crédito para aqueles que trabalham e que mantêm, na minha opinião, algo tão importante que é a agricultura e a pecuária dentro da Cidade. As características das pessoas que vêm do Interior são abandonadas quando aqui chegam, hoje em dia poucas pessoas se dispõem a manter isso e vocês, dentro da cidade de Porto Alegre, são que representam isso.

E aí eu quero também falar um pouco do meu tema, e que lamentavelmente, talvez, não vá ser mantido mesmo nesta discussão da Zona Rural, que é a questão dos animais. Tem que se ter um espaço para ainda se manter os animais silvestres. Rosane, seguramente, lá perto da tua casa ainda existem animais silvestres. Hoje, em Porto Alegre, não se tem em local nenhum, nem nos grandes centros urbanos. Na verdade, acabar com a Zona Rural de Porto Alegre é acabar também com os animais, acabar com diversas espécies de animais que lá se encontram na Zona Rural. Vocês não tenham dúvidas de eu serei a favor de que seja mantida a Zona Rural, não só agora, como Vereador ou não, daqui a 20, 30, 100 anos que seja mantida a Zona Rural pela importância de todos esses aspectos que estamos falando aqui e pela importância de se manter a origem. O que infelizmente acontece com a origem? Vai sendo vendida, comercializada e vai-se tirando aquelas pessoas que mantêm um processo originário da Cidade, que é tão importante para ser mantido. Parabéns pela batalha de vocês, pessoas que vieram aqui fazer hoje esta discussão, saíram de suas casas para isso. E esta discussão tem que tomar conta de Porto Alegre para ser preservada não só agora, porque não adianta... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Para concluir, não adianta também, gurias e gurus, ser mantida essa discussão agora para, daqui a 20, 30 anos, o Plano Diretor ser reformulado de novo e acabar com a Zona Rural. A Zona Rural nós temos que tê-la como eterna, como algo a ser preservado, como um patrimônio público da Cidade. É assim que nós temos que encarar a Zona Rural. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/14.

O Sr. Nereu D'Avila: Em nome da celeridade do processo e até para as pessoas poderem regressar mais brevemente e é um projeto que vai ser aprovado por unanimidade, eu desisto da minha inscrição. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/14.

O Sr. Cláudio Janta: Bom, seguindo a linha do Ver. Nereu D'Avila e em função de todo o pedido do lado direito da bancada onde eu sento e sabendo que os produtores, os pequenos agricultores são responsáveis por 70% do alimento que a gente consome, eu retiro a minha inscrição, para que a gente entre rapidamente na votação. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/14.

O Sr. Engº Comassetto: Sr. Presidente, prezados trabalhadores rurais, como tem 15 emendas propostas e cada emenda poderá ser encaminhada e debatida, porque o importante são as emendas, que têm que garantir tudo aquilo que nós estamos defendendo: que tem que ter a isenção dos impostos, que tem que ter segurança, que tem que ter saneamento nas vilas, que não se pode mais deixar fazer vilas irregulares, que tem que ter patrolamento nas estradas, que tem que ter o corte dos galhos ao longo das nossas estradas, e assim por diante. Eu vou seguir os colegas Vereadores e deixar o debate para as emendas, que é o que importa. Muito obrigado. (Palmas.)

O Sr. Kevin Krieger (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que sejam votadas em bloco as Emendas nº 02, nº 03, nº 04 e nº 05 ao PLCE nº 007/14.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, o bloco composto pelas Emendas nº 02, nº 03, nº 04 e nº 05, destacadas, ao PLCE nº 007/14 (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM**

Em votação a Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 007/14. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 007/14.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, meus colegas Vereadores e Vereadoras, nós estamos falando aqui de um processo de vida e de um sonho, mas um sonho para ser real tem que ser vivido. Eu conheço aqui cada um dos senhores e das senhoras, por nome, por visitar a propriedade, sei da história, sei o tema da agricultura e dos agrotóxicos. Lembro-me como se fosse hoje, em março de 1989, quando fizemos uma reunião no Salão Paroquial da Vila Nova, onde estava o Piber, onde estava o Bertacco, o Betil, enfim, toda aquela turma para discutir a redução de veneno. Eu quase fui corrido de lá, aquela vez. É, mas a vida continua. E está ali atrás a equipe da Emater, está ali o Luis, está ali às meninas que trabalham no dia a dia e implementam a agricultura ecológica em Porto Alegre, e hoje é uma realidade produzir sem usar veneno. Quando eu digo veneno, quero dizer agrotóxico; sou filho de colono. Eu, quando tinha cinco, seis anos e não sabia o que era, pegava o pó de gafanhoto com as mãos e matava formigas com aquilo. Uma vez eu peguei um fole para matar formigas, botei na boca a assoprei. Até hoje, eu tenho sintomas quando passo por perto do veneno.

Essa lógica de vida mudou. Hoje, o mundo todo trabalha na questão de os agrotóxicos serem eliminados. O que nós estamos sugerindo aqui? Cinco anos, a partir dessa lei, para que se trabalhe, no Município de Porto Alegre, para ter a substituição dos agrotóxicos. Bom, tem que ter um programa para isso? Tem que ter! Com todo lixo orgânico, com todos os resíduos de plantas que são jogados no aterro e são levados a 170 quilômetros, não pode ser feito adubo orgânico? Isso não pode ser distribuído para os produtores? Pode! Nós temos todo um conjunto de produtos que pode combater, e existe uma teoria chamada trofobiose, que diz que quanto mais agrotóxico for colocado nas plantas, ainda mais terá que ser colocado, porque os insetos e todos os seres vivos nocivos se tornam resistentes. Essa é a realidade!

Não estou querendo ser nenhum xiita aqui, estou entendendo e respeitando. Como temos cinco anos para trabalharmos isso, se nós não pensarmos na vida... E nós só lembramos disso quando um dos nossos queridos está no hospital, morrendo de câncer, momento em que pensamos: "Poxa vida, isso poderia ter sido diferente".

Acho que esta é uma grande oportunidade para nós assumirmos um compromisso de fazer diferente. Bom, se não conseguirmos nesses cinco anos, podemos revogar isso aqui, Ver. Cassio Trogildo, que acabou de aprovar uma emenda que diz que tem que ser, preferencialmente, orgânica. Eu lembro quando nós começamos, em 1990 ou 1991, a

fazer a primeira feira ecológica de Porto Alegre – está ali a Ana, que é uma das expositoras até hoje. Diziam que era louco, que não ia dar a agricultura ecológica. Agora, quantos estão presentes? Temos aqui vários que vivem disso, como é o caso do Edemar. Não tem mais feira ecológica só na Av. José Bonifácio, tem no bairro Menino Deus, no bairro Tristeza, em várias outras regiões da Cidade.

Na semana passada, estive em Brasília, numa discussão dentro do programa Minha Casa, Minha Vida. Sabem o que eles distribuíram no avião? Cortesia de um grupo de agricultores do Nordeste, uma bolachinha de produção orgânica, e dizia na revista da Gol: “Nós persistiremos para que toda a produção e todos os alimentos neste avião sejam de agricultura orgânica.” Estou falando isso, porque sei que isso é um potencial, que isso pode trazer benefícios para todos nós. E Porto Alegre vai entrar no mapa da primeira cidade da América Latina que montará um programa para que seus agricultores e sua população tenham uma alimentação sadia. Portanto, propor um programa de cinco anos sem agrotóxico é uma caminhada que depende de nós. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta e Ver. Kevin Krieger, a Emenda nº 06 ao PLCE nº 007/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM**; 12 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**.

O Sr. Eng.º Comassetto: Sr. Presidente, seguindo o nosso Regimento Interno, comunico aqui que vou apresentar por escrito o pedido da renovação da votação da Emenda nº 06. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Feito o registro.

O Sr. Nereu D’Avila: Sr. Presidente, nós estamos votando um Projeto de Lei Complementar do Executivo, que precisa de 19 votos, maioria absoluta. Isso vale para as emendas também, a emenda é um filhote do projeto. Então, não tem recurso, não tem renovação de votação. A emenda está absolutamente derrotada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Feito o registro.

Em votação a Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 007/14. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 007/14.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, membros desta Casa, eu acho que hoje a cidade de Porto Alegre está dando um passo muito importante, porque Porto Alegre é uma das poucas capitais brasileiras que vai manter uma Zona Rural, em que as pessoas vão poder chegar nessa cidade e ver uma área rural com produção agrícola, vão poder ver uma área rural como de fato existe em todo o interior deste Brasil. Mas Porto Alegre está perdendo a oportunidade de fazer uma história e de ter o seu produto, o seu selo próprio. Não adianta termos uma Zona Rural e não ter um selo de qualidade de produtos sem agrotóxicos! Não ter o selo de qualidade de produtos não transgênicos! Aí nós estamos fazendo uma demagogia. Estamos falando de pequenas áreas de produção, estamos falando de pequenos agricultores, estamos falando de pessoas que nasceram, que se criaram, que vivem e que, provavelmente, serão enterradas nesta Cidade. E que trabalham com a pequena agricultura, que vendem seus produtos nas feiras livres desta Cidade. A Prefeitura de Porto Alegre poderia muito bem, neste momento importante em que vive o mundo, criar um selo com os produtos da nossa Cidade, e que isso seja uma marca da nossa Cidade, que pulsa, que é a capital mundial do Orçamento Participativo, que é a capital da democracia, que serve de exemplo no mundo inteiro, em estudos levados pelos nossos representantes em várias cidades do mundo. Porto Alegre é um exemplo de democracia, Porto Alegre poderia se transformar num exemplo de cidade onde seus produtos são ecologicamente corretos, onde seus produtos são livres de transgênicos, e, principalmente, que seus produtos são entregues à população de Porto Alegre livres de agrotóxicos. Nós estamos retrocedendo. Não entendo como nós aprovamos emendas que falam isso, e, no momento de coirmos, nós retrocedemos.

Então, a bancada do meu partido – que sou só eu – vai votar, como votamos na Emenda nº 06: vamos votar a favor da Emenda nº 07. Não entendemos como o Município de Porto Alegre, o Executivo de Porto Alegre perde essa oportunidade de vender a cidade de Porto Alegre como uma cidade com excelência na agricultura familiar, com excelência nos produtos que entrega à população, perdendo uma grande chance. Na década passada e

na década retrasada, se discutia a questão do Orçamento Participativo; hoje, todo o mundo propagandeia Porto Alegre, como sendo a capital mundial do Orçamento Participativo, nós poderíamos propagandear que a nossa Cidade é livre de agrotóxico e livre de produtos transgênicos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 007/14, como autor.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, meus colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores que aqui estão, eu quero dizer que subo a esta tribuna, neste momento, entristecido. Nós, que temos uma função pública, não temos o direito de ficarmos tristes diante de uma incompreensão de um conjunto de Parlamentares, até porque a votação deu empate, praticamente. Se o Presidente votasse, dava empate – eu já sei a posição do Presidente.

Então, temos a chance de trazer este tema de volta ao debate. Por isso é que eu digo aos colegas Vereadores que não votaram favoravelmente que nós estamos num mundo em que cada dia são apresentadas nas capas dos jornais pessoas mutiladas, despedaçadas, crianças mortas, mas isso acontece aqui, dentro do nosso território, com crianças, homens e mulheres que morrem em consequência de uma contaminação química causada pelos agrotóxicos. Todos acham que isso nunca vai acontecer com eles ou com suas famílias, que vai acontecer sempre com os outros. Então, tratamos da vida num projeto como este, que trata da produção de alimentos para a cidade de Porto Alegre.

Na semana que vem, o Ver. Cassio Trogildo e eu estaremos indo, com a delegação, a Milão. Vou de consciência tranquila, porque lá acontecerá uma feira mundial da alimentação saudável, de onde poderemos trazer para cá, para implantar em Porto Alegre, modelos de uma produção sem o uso de agrotóxicos.

O Pelicioli, que ali está, vai sair de Milão e vai à Dinamarca. O Pelicioli representa o Governo do Município de Porto Alegre. Sabem o que ele vai fazer na Dinamarca? A Dinamarca constituiu na sua legislação que todo o seu território é livre de transgênicos.

Aqui, viemos a esta tribuna fazer discurso sobre que queremos ter algo do Primeiro Mundo; agora, quando temos a oportunidade, negamos a postura deste – entre aspas –

Primeiro Mundo. Eu acho que Primeiro Mundo somos nós. É aquilo que vivemos, é o que fazemos no dia a dia, porque este País virou a lei de Gerson. Eu não quero falar de corrupção, porque todos os partidos têm o que falar sobre isso, inclusive o meu, mas não quero. Quero dizer que a corrupção está no dia a dia: acontece quando a gente fura fila, acontece quando vem o troco a mais e não se devolve, acontece quando quer pegar o ônibus na frente do outro, acontece quando quer tirar proveito em tudo, segundo a lei de Gerson.

E com relação a essa questão dos agrotóxicos e dos transgênicos, eu queria dizer o seguinte: não tem nenhum produto produzido em Porto Alegre em que já é produzida a semente de transgênico. Porque o transgênico está no milho, no soja e no algodão. Não está na beterraba, não está no alface, não está no arroz. E nós estamos sugerindo aqui nada mais do que Porto Alegre já é hoje. Hoje, Porto Alegre não usa transgênico! Tem uma teoria de um russo que se chama Centro de Vavilov, que tem a sementes que são crioulas, que se os produtores tiverem o domínio dessa semente eles reproduzem sempre ela e caem fora da dependência das transnacionais dos híbridos. Portanto, quando nós estamos falando aqui da engenharia genética, nós estamos dizendo que é possível Porto Alegre ser a primeira cidade no mundo – além da Dinamarca – que pode tornar o nosso território livre de transgênico. Isso é pouco? É pouco. (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Quero dizer que, diante dessa grandeza que nós temos neste momento, porque aqui tem alguns agricultores que usam agrotóxico, sim. O Piber usa; mas não é nenhum problema, nós debatemos e discutimos isso. Agora, se nós oferecermos para o Piber um programa que irá combater a mosca da fruta, e isso não vai ocasionar mal para quem planta ou para quem vende; Piber, para combater aqui o junco ou a grama fina, a grama paulistinha, nós vamos fazer um manejo com cobertura vegetal assim, assim, assado e o custo vai ser menor. Vocês acham que ele não vai fazer isso? Eu tenho certeza, Sr. Rubem, que o senhor vai fazer isso.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que, para Porto Alegre ser um Município livre de transgênicos, nos oficializaremos, Pelicioli, a sua viagem para a Dinamarca para tratar desse assunto e trazer a experiência para cá, sendo que a Dinamarca é o primeiro país do mundo – o que já instituiu – livre de transgênicos. Todos aqui estaremos não só assinando embaixo, como o recepcionando na sua volta para dizer: começaremos em

Porto Alegre, imediatamente, o processo para ser livre de transgênicos e garantir a qualidade de vida. Um grande abraço, muito obrigado. Acreditamos nos colegas Vereadores, nesta emenda.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 007/14.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, eu também resolvi me inscrever porque a votação anterior nos deixou bastante preocupado. O argumento do Governo, contra a emenda, era de que o movimento não queria a aprovação da emenda, e nós vimos justamente o contrário, não só das galerias, mas dessa trajetória que boa parte dos ativistas tem na Câmara de Porto Alegre.

Segundo, a Emenda do Ver. Comassetto instituíria uma janela de cinco anos para fazer essa transição, buscando os incentivos para combater os agrotóxicos que são comprovadamente verdadeiros venenos para a vida humana. Nós precisávamos criar um selo. Acho que Porto Alegre perdeu. Porto Alegre, pioneira nas feiras ecológicas; Porto Alegre, pioneira em muitas temas envolvendo a luta ambiental, a luta por participação, perdeu uma grande oportunidade. Mas nós não aceitamos uma lógica de lutas perdidas, e eu me inscrevi para falar para as lideranças, para os ativistas, que nós temos que seguir essa batalha. A Agapan está aqui, junto com os produtores, junto com os ativistas. Nós precisamos seguir essa luta e precisamos, talvez, pensar um novo projeto que seja um programa municipal de combate ao uso dos agrotóxicos e a criação de um selo ecológico do nosso Município. Nós, inclusive – eu e o Ver. Prof. Alex –, estamos propondo uma Frente Parlamentar de Combate ao Uso dos Agrotóxicos que fiscalize a merenda escolar, que proponha as iniciativas nesse sentido de combater o uso de venenos.

Essa próxima emenda trata dos transgênicos, e nós nos inscrevemos para mostrar que, na verdade, os transgênicos também fazem parte de uma lógica extremamente brutal no que diz respeito à saúde humana e ao meio ambiente. Primeiro, a questão internacional e a questão econômica de dependência dos produtores das patentes internacionais que vendem produtos transgênicos, cláusulas contratuais draconianas, que, inclusive, obrigam os produtores a mudar as sementes ano a ano em função desses acordos, dessas

cláusulas contratuais com grandes grupos econômicos internacionais; o risco de contaminação pelos ventos e pelos insetos, o aumento das alergias, a criação de superpragas a partir da combinação do uso de transgênicos com agrotóxicos, o aumento da resistência a antibióticos, o aumento de substâncias tóxicas, a maior quantidade de resíduos de agrotóxicos e os riscos ao meio ambiente tanto na questão das superpragas quanto na questão da possibilidade de comprometer a nossa biodiversidade.

Então, eu venho nestes minutos para dizer que a Câmara de Porto Alegre perdeu uma chance histórica na votação passada, o que nos deixa não só entristecidos, mas com mais vontade de lutar por uma Porto Alegre livre dos agrotóxicos. Mas também se pode, nesta emenda, pelo menos, garantir que a transgenia fique fora da nossa Cidade, criando um selo de Porto Alegre e fortalecendo uma marca de participação, de luta ambiental e, sobretudo, de combate aos monopólios capitalistas internacionais, como são as empresas produtoras dos transgênicos.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Jussara Cony assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 007/14.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores; eu venho a esta tribuna em nome da oposição – PT, PCdoB e PSOL – e gostaria de debater para tentar compreender o que foi a votação anterior. Eu, sinceramente, não entendi. Talvez como biólogo eu não tenha conhecimento do que seja agroecologia. Talvez eu não tenha conhecimento disso, porque o Ver. Cassio Trogildo propôs uma emenda ao projeto em prol da agroecologia e, em seguida, mais 11 Vereadores desta Casa votaram a favor dos agrotóxicos. Como o agrotóxico entra na agroecologia eu não estou entendendo. Talvez o meu ponto de vista de biólogo esteja meio anuviado. Eu não entendi realmente.

Com relação aos transgênicos, eu, como biólogo, tenho conhecimento de causa para falar dos benefícios e malefícios que os transgênicos podem proporcionar à nossa sociedade. Existem benefícios, é claro! Desde 1983, bactérias transgênicas produzem hormônios humanos que são utilizados em tratamentos. Eu não posso ser, como biólogo,

conhecedor de causa, contrário a toda a tecnologia que é produzida. Agora, sabemos que, dentre produção alimentar, a segurança está em primeiro lugar. A maior parte das pesquisas com alimentos transgênicos não tem o devido cuidado com relação à pesquisa. Ele é pesquisado, jogado na natureza, plantado de qualquer jeito, sem responsabilidade. E isso é um perigo, principalmente a longo prazo. Assim como a maioria dos pesticidas utilizados se acumula no tecido adiposo, na gordura do corpo das pessoas, e o seu efeito vai acontecer décadas depois da exposição, os transgênicos também não têm segurança alguma com relação a danos futuros; portanto precisamos de responsabilidade nesse momento.

Com relação ainda à transgenia, senhoras e senhores, sabemos todos nós que existe um mercado cada vez mais forte e promissor de consumo de alimentos orgânicos, alimentos produzidos sem adubação química, alimentos produzidos sem a utilização de pesticidas, alimentos livres de transgênicos. É claro que eles demandam um cuidado, um zelo maior na produção, mas são muito mais valorados no mercado. Se tivéssemos uma cidade realmente certificada por aplicar agroecologia, produção orgânica no nosso Município, o produto de todas as propriedades seria muito mais qualificado para entrar nesse mercado consumidor, que é extremamente exigente! Cada vez mais as pessoas estão procurando alimentos saudáveis, e, na falta de encontrá-los, custeiam produtos com um preço, muitas vezes, bastante superior. O nosso Município está deixando de lado isso.

Outro ponto que precisa ser destacado: senhoras e senhores, alguns países que são ícones na produção de transgênicos, como os Estados Unidos, vêm percebendo, a cada ano que passa, a diminuição nas suas populações de insetos polinizadores, como abelhas. E essa diminuição dos polinizadores está abalando drasticamente a produção de frutos, de cultivares nesses países. Isso está interferindo negativamente na produção agrícola desses locais. Insistir nesse erro é uma irresponsabilidade, e me desculpem o termo, uma grande burrice. (Palmas.) Porém, infelizmente, eu não vislumbro a próxima votação com bons olhos, porque, aqui nesta Casa, tivemos a oportunidade de votar um projeto de lei, proposto pelo Ver. Marcelo Sgarbossa, que previa a rotulagem de produtos com transgênicos, o simples indicativo no rótulo de que este produto contém transgênicos. Escolha se quer comprar ou não. E esta Câmara votou negativamente e derrubou o projeto que apenas visava a mostrar às pessoas o que elas estão consumindo. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 007/14.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sra. Presidente, Sras, Vereadoras, Srs. Vereadores, há pouco tempo, me perguntaram qual seria o maior evento da humanidade dos últimos tempos. Pensei um pouco e respondi: a penicilina. Sim, a penicilina, que é de onde veio o antibiótico, de onde veio toda essa série de eventos que foram aperfeiçoando a ciência médica, minimizando dores, curando doenças incuráveis até então, prolongando vidas. Hoje, ao 75 anos, na véspera dos 76 anos, estou aqui usando a tribuna em condições normais. Alguns anos atrás, Ver. Villela, nós sabemos muito bem que isso era impensável, pois era uma glória as pessoas viverem até aos 60 anos de idade. E o que é a penicilina se não uma consequência da transgenia? O que é a penicilina?

Eu acho que o Ver. Cassio foi muito feliz quando recomendou, numa emenda que nós aprovamos, que fosse preferencialmente estimulado o combate ao agrotóxico, que é uma das múltiplas faces do processo de produção, especialmente na produção agrícola. Agora, há uma diferença muito grande entre estimular o produtor que produz sem agrotóxico e que tem o seu maior estímulo na aceitação do mercado – eu vou todos os sábados ali na área do Brique da Redenção para consumir produtos orgânicos, oriundos da nossa Área Rural – e obrigá-los a não utilizar um agrotóxico, a não utilizar qualquer forma de pesticida agrícola. Isso é uma diferença muito grande. Eu sou sistematicamente partidário das posições contrárias a essas leis que querem obrigar as pessoas a fazerem as coisas. Eu gosto das coisas que são conscientizadas. A minha família, pessoalmente, dá preferência para os produtos orgânicos. E nós sabemos que nem todos os produtos que se consomem em Porto Alegre podem ser dessa origem, porque nem todos se adaptam à nossa área de produção. Então, esta extensão: Porto Alegre Livre de Transgênicos, isso é um absurdo de exagero. Então tem gente que está louca para me vaiar. (Vaias.) Podem me vaiar de uma vez, não tem problema. (Vaias.) Estou vendo que tem militância nova aqui na Casa, porque aqui os antigos sabem que a vaia para mim não produz efeito, pelo contrário, produz o efeito de fortalecer a minha posição. Podem vaiar à vontade. Eu vou solicitar à Casa, com muita razoabilidade, sobretudo com muita

coerência, sobretudo com muita sabedoria, votar contrário a essa emenda, que não tem fundamentos que a justifiquem. Agradar meia dúzia de pessoa que vêm aqui berrar dentro de Casa não vai satisfazer a vontade da grande maioria da cidade de Porto Alegre, que quer garantir que tenha uma zona de produção rural, onde as pessoas possam produzir utilizando os elementos que a técnica lhe oferece e na forma que eles entendem que devem colocar. Não será o radicalismo que irá dizer como é que vai ser produzido no Município de Porto Alegre, nem tampouco...

(Manifestação das galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Eu vou solicitar a todos os presentes, esta Sessão é importante, nós temos que votar, é importante votar este projeto hoje, que possamos garantir a palavra aos Vereadores, depois cada Vereador fará a sua votação de acordo com as suas concepções. Vamos procurar agilizar essa nossa votação no sentido de que a gente garanta a essência deste projeto. Muito obrigada a todos e mais um minuto para V. Exa. concluir a sua manifestação.

O SR. REGINALDO PUJOL: Obrigado, Sra. Presidente. Eu acho que seu apelo se justifica em favor da Casa. A Casa merece ser respeitada. Esta Casa aqui recebe as pessoas de espírito aberto, querendo demonstrar para o público que aqui é uma Casa democrática, onde as pessoas têm o direito de pensar diferentemente, e nós temos o dever de respeitar aqueles que pensam diferente de nós. Com relação a mim, eu repito, não produz nenhum efeito a favor dos objetivos daqueles que se manifestam de forma ruidosa contra o meu pronunciamento; ao contrário, fortalece as minhas posições. Esta emenda é ruim, muito ruim e merece ser rejeitada pela Casa. É a minha posição, é a minha proposta, democraticamente... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Sra. Presidente, agradeço por seu espírito democrático e concluo, dentro desse minuto que me é concedido, dentro de uma tradição da Casa de que não se interrompem os pronunciamentos no momento em que eles se realizam, dizendo, reafirmando, forte, positivamente, que votarei contra esta emenda. Ela é ruim, ela não consulta o interesse público, ela é um ranço ideológico, e nós não estamos aqui para discutir ideologia;

pág. 47

estamos aqui para restaurar a área rural... (Som cortado, conforme determinação da presidência dos trabalhos.)

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 007/14.

O SR. CASSIO TROGILDO: Sra. Presidente dos trabalhos, Ver.^a Jussara Cony; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero, aqui, primeiro, fazer referência a um abaixo-assinado em defesa da valorização e do reconhecimento da manutenção efetiva, através da legalização da Zona Rural de Porto Alegre. São mais de 2.000 assinaturas encaminhadas por produtores rurais, membros da Emater, em apoio a esse projeto de lei que restabelece a Zona Rural de Porto Alegre.

Mas eu não poderia deixar aqui de abordar essas duas emendas. Até porque quando eu comecei o trabalho da Comissão Especial, com algumas pessoas que eu conversei previamente, eu disse que não gostaria que isso terminasse naquela lógica dos que são contra e dos que são a favor, que é o que normalmente acaba acontecendo na nossa Cidade, por questões muitas vezes ideológicas.

Eu votei contra a Emenda nº 06 porque já havia construído uma Emenda, a nº 05, que já foi retratada aqui, que diz que preferencialmente buscará o desenvolvimento da produção rural orgânica e sustentável com aplicação de tecnologia que permita a manutenção do meio ambiente sustentável. Por que é que tem que ser cinco anos mais com agrotóxicos? Por que é que os produtores não podem se reunir e decidir que a partir do ano que vem não vai mais ter agrotóxico? Então, na verdade, estamos aqui para ser contra ou a favor, sempre. E há pessoas que estimulam isso aqui nesta Casa: o certo e o errado, os bons e os maus, Ver. Pujol. Quero dizer que tenho me colocado como aquele que tenta ouvir todos e tentar, da média, cumprir o meu papel aqui, que é formular leis que atendam a maioria. É para isso que eu fui eleito, é para isso que estão aqui os 36 Vereadores.

Eu até gostei do que disse aqui o Ver. Alex, que é biólogo, porque ele não jogou no lixo toda a pesquisa científica produzida em relação à transgenia. Eu não vou fazer a defesa ideológica da transgenia e muito antes pelo contrário ser contra. Agora perguntem para a Genética da UFRGS o que eles pensam sobre transgenia. E não vamos entrar de novo no

ranço ideológico. Se os produtores rurais de Porto Alegre quiserem ter uma produção livre de transgênicos, eles vão decidir e vão propor para a Cidade de Porto Alegre! E nós vamos aceitar nesta Casa! Mas não Vereador vir aqui querer determinar que, a partir de hoje, não pode mais. E se tem alguém produzindo, Cleber, vai quebrar? Como é que faz com o investimento?

É muito fácil vir aqui e querer determinar as coisas por decreto. Eu não penso assim. Eu penso que esses dois itens têm que ser negados neste momento e os produtores rurais, em assembleia, decidirem e encaminharem. Eu tenho certeza que o Secretário Humberto Goulart, Vereador desta Casa, encaminhará imediatamente um novo projeto de lei estabelecendo a forma que os produtores rurais entenderem. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 007/14.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu, normalmente, não costumo me manifestar, mas que autoridade temos nós para dizermos aos agricultores aqui o que devem e o que não devem plantar? Os transgênicos não são proibidos, são válidos, e de grande produtividade, se eles assim quiserem. Se eles querem ou não plantar transgênicos, a liberdade é deles; nós não vamos impingir obrigatoriedade.

O meu voto será contrário à emenda, porque não sou em quem vai dizer o que os agricultores devem plantar ou não, porque eles conhecem o que eles fazem. Agora, tem alguns que nunca viram uma enxada e querem ditar normas. Olhem, eu lamento... Vamos, primeiro, aprender a plantar e a produzir riqueza para o nosso Município, para o nosso Estado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

O Sr. Idenir Cecchim: Sr. Presidente, não vou ocupar a tribuna, apenas quero fazer um registro. O Ver. Comassetto era contra votar esta matéria hoje. Então acho que ele, os

assessores e os simpatizantes também estão tentando. Eu quero dizer que não vou usar o tempo porque eu quero votar hoje, e nós vamos votar esta matéria hoje!

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 007/14.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, boa tarde. Meu querido Ver. Pujol, eu não usei meu tempo porque estava na Mesa, dirigindo; agora, encaminho como Líder do PCdoB. Estou usando o meu tempo regimental. Eu cedi o tempo de oposição ao Ver. Prof. Alex Fraga. Aliás, muito bem cedido, como farmacêutica, a um biólogo que veio aqui e deu explicações, sobre as quais nem vou falar, porque vou focar outro aspecto, concordo plenamente com a sua intervenção, e lhe agradeço, inclusive. Bom, hoje, nós estamos dando um passo muito importante para a cidade de Porto Alegre, que é a retomada da nossa Zona Rural – acho que isso tem de ser destacado –, e nesse processo os Vereadores como um todo, ou as Bancadas, têm o direito e o dever, inclusive, de apresentar emendas de acordo com as suas concepções em relação à cidade de Porto Alegre. Eu acho que as vocações da cidade de Porto Alegre, e mais o que Porto Alegre se tornou como uma referência mundial do processo de participação popular, de decisões importantes na busca de cidade sustentáveis, isso significa território livre; território livre de agrotóxicos, território livre de transgênicos. Em todos os Fóruns Sociais Mundiais, e eu participo desde o primeiro, o mundo inteiro se volta para cá, e essa discussão Porto Alegre tem feito com muita propriedade. E eu quero observar também à luz da dinâmica, da ciência e da tecnologia, quais têm sido, historicamente, os argumentos de quem é a favor dos transgênicos, é de que a ciência não teria como afirmar se é prejudicial ou não. Bueno, na dúvida, como Farmacêutica, eu fico com a saúde da população, eu fico com a saúde ambiental, até porque eu não concordo com essa afirmação da ciência, e faço uma pergunta: a quem tem servido, historicamente, à ciência, à tecnologia? Olhando a linha do Equador, a cima eles detêm toda a ciência e a tecnologia, abaixo detemos a maior biodiversidade do mundo. Eles por acaso pensam na nossa biodiversidade, a luz dos interesses, dos povos abaixo da linha do Equador? Essa é uma discussão que está posta aqui para nós. A ciência e a tecnologia, ao longo do processo histórico, são dominadas pelas grandes potências que

têm interesses diferentes e antagônicos a uma nação como a nossa, cuja biodiversidade é a maior do mundo. O Rio Grande do Sul tem um significado estratégico histórico, nós temos três grandes biomas aqui. Eu já vi, há alguns anos, quando eu era Deputada, uma discussão sobre a questão dos transgênicos e dos agrotóxicos, lá onde está tudo deserto hoje, lá na nossa fronteira oeste, quando um defensor de agrotóxicos e transgênicos disse, em um debate da Assembleia Legislativa, que o bioma Pampa era um vazio ecológico. Vazio ecológico é para quem quer depredar a humanidade, depredar aquilo que é um manancial de potencialidades. Nós temos três grandes biomas: o Pampa, a Mata Atlântica e na Restinga. A ciência e a tecnologia têm lado e, se elas não têm certeza, eu fico com a saúde da população e com a preservação ambiental! Porque a ciência e a tecnologia na sociedade capitalista têm lado! Os interesses das empresas multinacionais são grandes, são incompatíveis com a vida! Como vamos ter desenvolvimento sustentável pensando só num lado? É via de duas mãos: desenvolvimento com sustentabilidade e sustentabilidade para o desenvolvimento, porque tudo está na natureza e a terra agredida é o fim da vida na própria terra. Não aos transgênicos! Nós temos uma oportunidade importantíssima!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLCE nº 007/14.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, como nós temos aqui um grande acordo para restabelecer a Zona Rural, acho que é importante ter paciência e ter escuta agora na construção do que será o resultado desta legislação, mesmo que gastemos um pouco mais de tempo, porque esta não é uma mudança simples. Nós estamos mudando o Plano Diretor da cidade de Porto Alegre. Ela é uma oportunidade, de fato, de caracterizarmos e discutirmos o que é uma Zona Rural, porque eu tenho certeza que os nossos produtores rurais não querem aqui apenas um novo risco, um risco diferente no mapa da cidade de Porto Alegre. E quando nós, pela Comissão de Educação, fizemos uma visita nas propriedades rurais, muitas demandas apareceram dos pequenos e grandes agricultores, que são agricultores familiares. Demandas importantes que vinham desde a necessidade de Porto Alegre incluir na sua propaganda oficial, nas suas relações institucionais, nos

eventos que faz, nos eventos internacionais, nas agendas, incluir o roteiro do turismo rural. Trabalhar nele, valorizá-lo, colocá-lo nas agendas, nas revistas da Tam, da TAP, que é direto Portugal/Porto Alegre. Fazer de fato, planejar de fato, a indução para o crescimento dessa Zona Rural para a produtividade, para a lucratividade, para a sobrevivência das famílias, com mais tecnologia, com menos penosidade.

Então, nós não queremos só mudar o mapa. E quando se propõe aqui, seja nos critérios, nos princípios que vão nortear a Zona Rural – como já inscrevemos, incentivo à produção sem agrotóxico –, metas mais ousadas, nós podemos dizer que nos orgulhamos de ser a maior Zona Rural das capitais do Brasil. Naquela visita, nós conhecemos as chácaras da produção dos produtos sem agrotóxicos, a tecnologia para isso já está aqui, está em Porto Alegre, está utilizada, desenvolvida com criatividade. Mas é preciso um planejamento, seja de investimento, de estímulo, de qualificação, de troca de tecnologia, de ampliação das feiras ecológicas, porque há pouquíssimas em Porto Alegre, poucos horários. Nós temos pouquíssimos acessos dos nossos agricultores familiares, no lugar onde mais se vendem produtos que é aqui no Largo Glênio Peres, por uma política de higienização, por um política de colocar carro, automóvel em vez de a Cidade ser utilizada para a nossa produção. Então, tem mil possibilidades que um prazo como esse, uma meta ousada como essa, colocaria em curso na Cidade de Porto Alegre. Construímos uma marca para a nossa Cidade, uma marca vinculada à saúde, uma marca vinculada ao meio ambiente, como já é a marca dos nossos milhões de árvores, mas que, infelizmente – está aqui a Agapan –, é preciso fazer uma luta todos os dias para que essa marca belíssima se preserve, como a rua Gonçalo de Carvalho, que anda nas redes sociais e no mundo inteiro, Ver. Idenir Cecchim, como a rua mais linda do mundo! Se, talvez, o anfiteatro da OSPA tivesse prosperado naquele exíguo espaço, a gente não teria aquela rua tão bonita e tão preservada. Então, marcas que fazem da nossa Cidade um diferencial – não nos interessa que seja algo de *marketing*, como mais um novo *shopping* que querem construir na beira do rio –, porque as pessoas que viajam, hoje, têm procurado saúde e têm procurado a culinária local, têm procurado as manifestações culturais autênticas, genuínas, diferenciadas. É um setor, é uma burguesia muito restrita que viaja para comprar produtos de marca e entrar em *shopping*. As viagens hoje procuram alternativas. Hoje o público que procura produtos que não tenham veneno, que não envenenem sua família aumenta cada vez mais.

Eu acho que é essa a ousadia que a gente busca aqui nesta Câmara de Vereadores, tentando buscar o entendimento e não uma linha divisória entre os que são a favor e os que são contra, uma projeção de uma nova marca, de um novo jeito de ser Porto Alegre. Por que nós recebemos, hoje, tantos produtos de fora? Porque compramos tantos produtos que vêm de São Paulo, se podemos comprar diretamente dos nossos agricultores? Aqui não tem latifúndio; aqui é bem possível, sim, que se produzam e que se usem sementes sem transgenia, apostando numa visão de que há risco – está colocado aí -, preservando e apostando na autonomia do agricultor e da agricultora que não dependem da semente produzida pelas grandes empresas.

Então, eu sonho com isso, essa é a minha vontade e tenho certeza de que é que vontade da grande maioria dos nossos agricultores.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger, a Emenda nº 07 ao PLCE nº 007/14. (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM**; 16 votos **NÃO**.

O Sr. Kevin Krieger (Requerimento): Sr. Presidente, articulamos com a Ver.^a Jussara Cony, Líder da oposição, para votarmos em bloco as Emendas nº 08, nº 11 e nº 13 ao PLCL nº 007/14.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o bloco composto pelas Emendas nº 08, nº 11 e nº 13, destacadas, ao PLCE nº 007/14. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do bloco das Emendas nº 08, nº 11 e nº 13, destacadas, ao PLCE nº 007/14.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, colegas Vereadoras e Vereadores, senhoras e senhores, produzimos aqui um conjunto de emendas, e eu preciso falar porque tenho que deixar registrada uma posição. O Líder do Governo já pediu para encaminhar em conjunto, nós demos acordo, que, primeiro, nós estamos corrigindo o

projeto, reconhecendo as leis já existentes. Há uma lei, de nossa autoria, aprovada em 2010, que já reconheceu o Jardim Floresta e o Chapéu do Sol como Área Especial de Interesse Social. Elas não estão gravadas no mapa! Lageado, Boa Vista, Extrema e Jardim Floresta nós aprovamos em 2010, e o Planejamento deveria, em seis meses, ter feito o mapa, definido e dado o regime. Até hoje não fez isso! Então, o que nós estamos remetendo aqui de novo? Que em 90 dias o Governo deve apresentar esse mapa, discutindo com o Fórum de Planejamento, com o Conselho, mostrando onde é o Lageado, até onde ele vai, até onde vai a Boa Vista, o que é Zona Urbana e o que é Zona Rural.

Segundo: a estrada do Lami. Na estrada do Lami tem indústrias. Então, essa outra emenda reconhece que essas indústrias, que as atividades ao longo da estrada do Lami possam ser regularizadas.

Por último, que não tivemos acordo, é o entendimento do que fazer com os outros núcleos urbanos lá existentes. O que fazer com o Parque São Paulo, que está lá há 40 anos? O que fazer com a Sapolândia, que está lá há 30 anos? O que fazer com a parada 21 ou Araçá, Hortência, que estão lá há 10 anos? O Governo propõe, através do Ver. Kevin Krieger, uma emenda dizendo que até dia 31 de dezembro de 2016 vão apresentar um projeto identificando tudo isso para regularizar. Eu vou votar nesta emenda, inclusive, porque o Líder do Governo aqui está dizendo que isso vai ser cumprido. O nosso Plano Diretor está cheio de emendas aprovadas que deram prazo de seis, oito meses ao Planejamento para regularizar, e isso não foi feito até hoje. Esse é um dos problemas que nós identificamos.

Discutindo antes com a Rosane, com o pessoal do Planejamento, propus que aquelas comunidades lá tenham um conceito, que elas sejam constituídas como vilas rurais dentro da Zona Rural, com essa característica. Tem uma emenda que eu, a Ver.^a Jussara Cony e outros Vereadores fizemos que vai ficar prejudicada por conta de votar esta aqui, que diz que o Governo vai, até 31 de dezembro do ano que vem, apresentar esse mapa da regularização. Quero dizer aqui que é um acordo de mediação. Nós não desconstituímos as leis já existentes do Lageado, da Boa Vista e dos outros, só que o Governo tem que fazer! Se não fizer, também não adianta, Cleber, tu, que nos cobras muito. Então, eu vim aqui fazer esse registro do acordo feito para que nós possamos cobrar do Governo na sequência. Eu concluo me dirigindo aos Vereadores que vieram aqui nos criticar por nós estarmos querendo dizer o que os agricultores têm que plantar e como eles têm que

plantar. Ver. Reginaldo Pujol, o senhor não precisava ter feito essa crítica a este Vereador, que é engenheiro agrônomo, que mora na Zona Rural. Quero dizer que os agricultores que estão ali – fui falar com eles –, todos sabem o que produzem e como produzem e todos eles querem Porto Alegre livre de agrotóxicos. Portanto, não precisava o senhor ter sido deselegante com este Vereador, que fez uma proposta. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do bloco das Emendas nº 08, nº 11 e nº 13, destacadas, ao PLCE nº 007/14.

O SR. DR. THIAGO: Eu vou ser bem breve, eu só quero convalidar esta emenda porque essas regiões têm áreas densamente povoadas, que, efetivamente, precisam caminhar para uma regularização fundiária, até para evitar qualquer tipo de rumor muito mal-entendido muitas vezes de que essas comunidades podem ser retiradas de áreas já consolidadas e convalidadas, de que essas comunidades podem ser retiradas de lá – e não podem. Essas comunidades têm que ter estrutura, têm que ter condições. Claro que elas têm que ser consolidadas, claro que nós não podemos continuar a avançar em áreas de preservação. Nós também temos que ter esse trabalho junto às comunidades no sentido de esclarecer, de orientar, de efetivamente fazer com que essas comunidades que moram nessas regiões tenham essa consciência e esse caminho para o desenvolvimento sustentável, tanto no Lageado, ali ao pé do Morro São Pedro, onde nós temos áreas importantes, que não podem servir para especulação imobiliária, que têm que ser preservadas, principalmente junto à Av. Edgar Pires de Castro, entre a Rua Francisca e Av. Edgar Pires de Castro. Nós temos na Avenida do Lami uma região de banhado, o Parque das Garças, que precisa ser preservado, mas, sem dúvida nenhuma, existem populações que já habitam em outras regiões há mais de 10, 15 anos, Ver. Paulinho - cito o Ver. Paulinho porque é oriundo daquela região, nascido lá, e tem essa interface com a comunidade. No Lageado a gente observa isso; no Extrema a gente observa a grande dificuldade de regularização fundiária, das pessoas terem acesso à luz; no Jardim Floresta também, agora avançando com a questão da regularização fundiária.

Enfim, são muitas comunidades no Extremo-Sul da Cidade que precisam desse olhar do Poder Público para a regularização fundiária.

Portanto, saúdo essa emenda construída pelo conjunto dos colegas e que, sem dúvida nenhuma, pode apontar para uma melhor qualidade de vida na região, apontar para um desenvolvimento sustentável daquela área da Cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, o bloco composto pelas Emendas nº 08, nº 11 e nº 13 ao PLCE nº 007/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM**.

Em votação a Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 007/14. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 007/14.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, dirigindo-me ao Cleber Vieira, que é o Presidente do Sindicato Rural de Porto Alegre, dirijo-me a todos os homens e mulheres aqui presentes, que lá trabalham e sabem o que significa esse tema que vamos debater agora.

Em 1994, quando nos reunimos em Belém Novo para decidir o que fazer no novo Plano Diretor, quando foi tomada a decisão de que lá seria o rururbano, um dos temas que surgiu era a questão dos impostos. Logo após aprovarmos o Plano Diretor atual – foi aprovado em 1999, e passou a vigorar a partir de 2000 –, o Sr. Erci Moser coordenou, naquela época, um tratoração, no dia 22 de dezembro de 2002. Veio um tratoração da Zona Sul, passando pela Vila Nova até a Câmara, na época, o Presidente da Câmara era o Luiz Fernando Záchia, e estava aqui o projeto para ser votado para isentar todos os trabalhadores e produtores rurais de Porto Alegre dos impostos, do IPTU, porque já estava no Plano Diretor. Naquele momento, foi feito um projeto de lei que isentou. Então, na época, era a gestão do Prefeito Verle.

Em 2006, o Prefeito Fogaça mandou um outro projeto para a Câmara, que incluiu a Taxa de Lixo, naquele momento, havia muitos produtores que já estavam inscritos na dívida ativa do Município de Porto Alegre e, naquela lei que fizemos em 2006, foi feita uma emenda pelo nosso querido e saudoso Ervino Besson, dizendo que todos os produtores

que tinham dívidas seriam perdoados, aprovamos a lei e isso vigorou. O que acontece hoje? Por insuficiência do trabalhado da Fazenda, Ver. Cecchim – o senhor que já foi Secretário sabe sobre o tema –, hoje tem, mais ou menos, uns 50 produtores que continuam inscritos na dívida ativa do Município com a dívida de uma área que eles têm direito à isenção; por conta que não foi a fiscalização lá e por conta que tem um problema burocrático administrativo, ou que foi ou não tocou para frente, eles continuam em dívida. Está ali a Dona Iolanda e o Cláudio que hoje estão inscritos na dívida ativa com uma conta de mais R\$ 25 mil, e algo que eles têm direito desde 2000, assim como todos os produtores presentes. O Sr. Ivo Goulart, que é lá da Boa Vista, a única coisa que ele faz na vida é produzir, a família dele tem três matrículas, duas estão isentas e uma está inscrita na dívida ativa. Bom, isso gera um problema que não é dos produtores, é um problema da estrutura pública que tem alguma deficiência nessa engrenagem. O que nós estamos sugerindo aqui? Esse problema veio parar na Comissão, nós acolhemos na Comissão e sugerimos, nesta emenda, que o Município de Porto Alegre fará a regulamentação através de uma nova lei que deverá mandar para esta Casa, em 90 dias, para tratar desse tema da dívida dos produtores, e que têm direito. Então isso para equipará-los à legislação de 2002 e à legislação de 2006. Então é muito simples. Aqui, nós reconhecemos que esses produtores têm direitos iguais aos demais, ou nós vamos mantê-los excluídos e a Justiça, através do Município, fará essa cobrança. Então nós não estamos fazendo a lei aqui, Ver. Nereu D'Avila, não estamos perdoadando, nós estamos remetendo para o Município para que ele, em 90 dias, produza um projeto de lei. Se o Município chegar ao entendimento de que não tem nada, bom, vai ter que tratar com esses senhores e senhoras que aqui estão e outros que estão inscritos na Dívida Ativa do Município e que têm direito. Essa é a nossa contribuição. Agradeço à Ver.^a Jussara Cony, como Líder da oposição, por ter assinado. Nós produzimos a emenda, como não teve consenso no nosso grupo, assumimos a autoria dela, porque não podemos deixar passar essa oportunidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 007/14.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o projeto que está em discussão mereceu 14 emendas, das quais discutimos e votamos nesta tarde dez emendas e de uma delas, o bom senso do Ver. Dr. Thiago, que era proponente, pediu a retirada. Então nós temos três emendas ainda para votar. Dessas emendas, as dez, a maioria foi aprovada por esta Casa, só três não foram aprovadas. Então coloco isso para não parecer que o Ver. Pujol, da base Governo, tem alguma indisposição com o Vereador proponente desta emenda, porque nós reconhecemos, inclusive, que ele realizou, na Comissão que estudou essa matéria, um trabalho muito positivo, que ficou, de certa forma, inconcluso, mas que ensejou belíssimos debates e norteou grande parte das emendas que foram hoje aqui apresentadas e aprovadas. O que ocorre é que ainda que se pudesse, em tese, assegurar mérito para proposta, nós não poderíamos, Ver. Cecchim, de forma nenhuma, superar um óbice de ordem legal. Nós não podemos perdoar dívidas, nem fazer remissão numa lei que trata de recuperar a área rural no Município. Evidentemente que, certamente, grande parte das pessoas que se encontram lançadas em dívida ativa devem ter suas razões positivas e merecerão, numa lei própria, inclusive, o atendimento dessa reivindicação. É bem verdade que outras tantas não terão essa mesma situação, então não dá para igualar desiguais. Tem gente que deve para o Município porque não pagou, tem outros porque foram injustamente tributados, estão em situações diferentes, e implantar essa matéria, Ver. Nereu, eu acho que esta Casa pode a qualquer momento enfrentar. E devemos até provocar o Executivo para trazer para cá uma lei nesse sentido. Mas, nesse momento, Ver. Comassetto, dentro dessa lei, é um despropósito. Certamente, nós condenaríamos esse projeto a merecer um veto por antecipação, porque, certamente, não abriríamos o precedente que não se justificaria de forma nenhuma. Por isso, sem querer polemizar, sem dizer que isso poderia, inclusive, favorecer o grileiro e outros tantos que na área rural também fazem falcatrua, sem nenhuma necessidade de apelar a isso, simplesmente no aspecto formal é absolutamente ilegal, antijurídica e, por conseguinte, não merece aprovação. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 007/14.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, só para corroborar com o que disse o Ver. Pujol, me informei com o Antonio Bertaco, e antes de falar aqui a gente tem que saber o que é e o que não é. E também não adianta vir aqui prometer coisa que não seja da alçada dos Vereadores. O que nós podemos fazer aqui é reconhecer que existe uma pendência lá na Fazenda, fruto de um lançamento da Procuradoria, de dívida ativa que não foi retirada ainda. O que o Vereador pode fazer aqui não é prometer que vai perdoar, porque não vale, é matéria tributária. Então, isso é enganar quem está assistindo. Nós não podemos fazer isso! O que eu posso me comprometer, os Vereadores, o líder do Governo, é de fazer isso, Ver. Janta, falar a verdade. Existe esse problema, Ver. Comassetto, e nós todos vamos nos comprometer em saná-lo via legal, como manda o figurino, através do Executivo. Eu acho que isso contempla a Emenda e contempla aqueles que estão com esse problema. Eu queria dizer claramente: vamos fazer dentro da regra. O Executivo está com essa pendência e nós, Vereadores, Ver. Kevin Krieger, que é líder do Governo, vamos lá na Fazenda, com o Executivo, fazer isso ser sanado. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pelos Vereadores Engº Comassetto e Cláudio Janta, a Emenda nº 09 ao PLCE nº 007/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 7 votos **SIM**; 21 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 14, destacada, ao PLCE nº 007/14. (Pausa.)

O Sr. Idenir Cecchim: Presidente, eu queria saudar a presença do Dr. Clodoaldo Pinilla, conhecido como Dr. Bolo, médico do Pronto Socorro há 35 anos, médico do Presídio Central, cidadão de Porto Alegre. Uma saudação ao Dr. Bolo!

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Seja bem-vindo à nossa Casa, a Casa do Povo! O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 14, destacada, ao PLCE nº 007/14.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, meus colegas Vereadores, senhoras e senhores, nós estamos reunidos, porque este trabalho é a síntese de todo o trabalho da Comissão Especial presidida pelo Ver. Cassio Trogildo, em que eu tive o prazer de ser o relator. Isso é em nome de todos os membros da Comissão, principalmente do Presidente Cassio Trogildo. Na lei que estamos aprovando, tem um capítulo do desenvolvimento rural onde tem um conjunto de itens a serem trabalhados, itens trazidos pelos produtores, e não estão ali. Então estamos incluindo que, por exemplo, o corredor agroindustrial que inicia no trevo da Restinga, na Edgar Pires de Castro, e vai até o Varejão, ele está no Plano Diretor desde o ano 2000, mas até hoje não foi regulamentado. Então estamos dizendo que tem que ir para dentro da regulamentação. Nós fizemos um Pedido de Informações à Prefeitura de quantas agroindústrias já tinham sido licenciadas; a Prefeitura nos respondeu que nenhuma. Então estamos sugerindo que deverá ser instituído o programa municipal de licenciamento das atividades agroindustriais do setor primário para ter um vínculo de produção que a SMIC coordena junto com a SMAM, com o DEP. Como pode, como não pode, quais são as regras, qual a relação com o Estado? Todo o parecer técnico da Emater, que já existe... Que então possa ser instituído o programa municipal de licenciamento das atividades agropecuária.

No Plano Diretor diz que toda a região Restinga e Extremo-Sul tem que ter um programa municipal da macrorregião 8, um programa sustentável, que até hoje não foi feito. Então estamos sugerindo que isso seja incluído dentro do capítulo 2 do desenvolvimento rural. Assim como estamos dizendo que tem que instituir um programa de fiscalização permanente para coibir as ocupações irregulares lá na Zona Rural que está sendo implantada agora. Se não fizer isso, vai continuar havendo o mesmo problema que nós temos tido nos últimos 10, 15, 20 anos: tem um zoneamento, mas chega lá, o dono da terra não quer saber, mete a máquina, vende todo o lote e vai embora. E o problema ficou para todo mundo.

Então, o Secretário Goulart, da SMIC, junto com o Cleber, do sindicato rural, que inclusive está ali chamando as lideranças do governo, junto com os produtores e os fóruns de planejamento, deram entendimento que isso tem que vir para dentro do programa. Portanto, isso aqui, Ver. Cecchim, não é uma produção minha, é nossa; foi fruto da Comissão, com contribuição sua, que foi Secretário, com contribuição do Dr. Goulart, que está aqui como Secretário. Eu só tive a responsabilidade de listá-las aqui e oferecer.

Se não colocar isso, acreditamos que o projeto vai ficar fraco, porque ele tem um capítulo de desenvolvimento rural, em que esses pontos não estão contemplados. Então, a nossa contribuição está aqui: que o Município tem que incluir esses pontos dentro do capítulo de desenvolvimento rural, da lei que está redefinindo o zoneamento da região como Zona Rural do Município de Porto Alegre. Estamos oferecendo esses pontos para onde couberem.

E faço aqui um último apelo, pois isso está na responsabilidade do Ver. Cassio Trogildo, que está negociando ali com os demais colegas: para que venhamos a aceitar um trabalho que ele presidiu, aqui nesta Casa, e esses pontos, Ver. Alex, foram todos aqueles que recebemos na Comissão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 14 ao PLCE nº 007/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)

REJEITADA por 7 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Engº Comassetto, Ver. Cláudio Janta e outros, o PLCE nº 007/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM**.

Visivelmente não há quórum. Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h20min.)